Relatório e Contas 1997

GRUPO EDP

CPPE

Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS 1997

CPPE
Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.

Av. Barbosa du Bocage,45
1000-071 LISBOA

Telef.: (01) 352 53 53
Fax: (01) 799 23 20

Índice

4 - Mensagem do Conselho de Administração
6 - Súmula dos Factos Mais Relevantes do Exercício
10 - Evolução dos Principais Indicadores
13 - Relatório de Gestão
14 - Organigrama, Órgãos Sociais e Corpo Directivo
16 - A CPPE no Contexto do Sistema Eléctrico de Serviço Público
18 - Exploração do Sistema Electroprodutor
21 - Aprovisionamento de Combustíveis
23 - Actividade Comercial
24 - Desenvolvimento do Sistema Electroprodutor
25 - Recursos Humanos
28 - Desenvolvimento dos Sistemas de Informação
29 - Qualidade
30 - Ambiente
32 - Investigação e Desenvolvimento (I&D)/ Internacionalização
33 - Auditoria Interna
34 - Comunicação e Imagem
35 - Empresas Participadas
36 - Evolução Económica e Financeira
39 - Perspectivas para o ano de 1998
40 - Proposta de Aplicação de Resultados
41 - Nota Final
43 - Prestação de Contas
44 - Balanço
46 - Demonstração de Resultados
51 - Documentos de Prestação de Contas
52 - Balanço em 31 de Dezembro de 1997
56 - Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados
76 - Origem e Aplicação de Fundos
78 - Fundos Circulantes
80 - Anexo Referido no nº 5 do Art. 447º do Código das Sociedades Comerciais
83 - Apreciação e Certificação de Contas
84 - Certificação Legal de Contas
86 - Relatório do Fiscal Único
87 - Parecer do Fiscal Único
88 - Parecer dos Auditores Externos
89 - Extracto da Acta da Assembleia Geral

Mensagem do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

Reflexo do desempenho técnico e da gestão da Empresa, mas também do favorável enquadramento macroeconómico, os resultados líquidos obtidos pela CPPE em 1997 revelaram um crescimento muito significativo e reforçaram a tendência de evolução positiva já verificada nos anos anteriores.

Ao fim de quatro anos de existência como empresa do Grupo EDP, consolida-se a imagem da CPPE como principal operadora do Sistema Eléctrico de Serviço Público, onde detém uma quota de produção de 86,5%, representando 72% do consumo global do País.

O desenvolvimento do Plano Estratégico elaborado no ano anterior, que abrange todas as áreas de actividade da Empresa, foi uma das preocupações permanentes da gestão. Este plano está orientado para a introdução de melhorias operativas nas instalações de produção e também para a racionalização das funções centrais de apoio. Ao nível das primeiras foi possível introduzir melhorias significativas nos ciclos de manutenção e nos investimentos, enquanto nas segundas se tem em vista agilizar as estruturas e simplificar processos horizontais que abrangem toda a empresa.

As centrais hidroeléctricas e termoeléctricas vêm mantendo níveis de performance que as colocam aos melhores níveis europeus. Os elevados valores de disponibilidade, fiabilidade e eficiência permitem obter receitas que, associadas a uma adequada contenção de custos, nomeadamente dos encargos financeiros, influenciaram positivamente os resultados líquidos conseguidos.

Os investimentos realizados nas centrais termoeléctricas foram essencialmente orientados para a modernização tecnológica, com a reconversão dos grupos V e VI da Central do Carregado para queima de gás natural, e para a redução do impacte ambiental, onde sobressai a instalação de queimadores de baixo NOx na Central de Sines. No desenvolvimento de novos centros produtores os investimentos foram orientados para o estudo e projecto de novos aproveitamentos, como é o caso do Baixo Sabor e do reforço de potência de Venda Nova.

O cash-flow gerado - crescente nos últimos 3 anos - tem garantido a capacidade de realização destes investimentos, bem como a satisfação do Serviço da Dívida, que tem vindo a ser progressivamente reduzida, tendo-se amortizado mais de 58 milhões de contos no exercício.

A forte implantação da Empresa no País, com centrais hidroeléctricas e termoeléctricas instaladas em todas as regiões e a sua incidência no tecido empresarial, tanto a montante como a jusante das várias actividades produtivas, atribui-lhe uma responsabilidade social que muito valorizamos e nos leva a procurar uma cada vez maior aproximação ao meio envolvente. No que concerne ao ambiente, manteve-se a preocupação constante de minimizar o impacte resultante da exploração das centrais, sendo de salien-

tar a postura proactiva da Empresa que se traduziu na ausência de quaisquer incidentes significativos.

Nestas condições, a par de uma maior atenção à adequação e motivação dos recursos humanos da empresa e de uma simplificação de processos administrativos, a aposta na informatização dos serviços e na qualidade, levam-nos a considerar o ano findo como globalmente positivo, fruto da competência, dedicação e empenho de todos aqueles que trabalham na Empresa e com os quais contamos para projectar o futuro.

2 1 3

1 - Eng.º Luís Filipe Lucena Ferreira - *Presidente*
2 - Eng.º Jorge Manuel R. Soares Machado - *Vogal*
3 - Eng.º João José Gomes de Aguiar - *Vogal*

Súmula dos Factos mais Relevantes do Exercício

Durante o exercício de 1997, a CPPE manteve o bom nível de desempenho empresarial de que é reflexo o reforço continuado da sua boa *situação económico - financeira* como evidencia a evolução dos seguintes indicadores:

	1995	1996	1997
Resultados Líquidos	13,5	21,6	36,0
Cash - Flow	64,5	75,1	82,4

A este desempenho estiveram associados diversos factores, de que se salientam os seguintes:

- A *produção* líquida total da CPPE, situou-se em 23 036 GWh, sendo 11 523 GWh oriundos do parque hídrico e 11 513 GWh do parque térmico. A Central Termoeléctrica de Sines representou a maior parcela da produção da Empresa com cerca de 36%, e o Centro de Produção Douro a maior parcela hidroeléctrica com 32%;
- Não obstante as paragens prolongadas de alguns grupos das Centrais de Sines e do Carregado, devidas a programas relacionados com a redução das emissões de NOx e à reconversão para queima de gás natural, respectivamente, a *disponibilidade dos centros electroprodutores* da CPPE situou-se em 88,6% para o parque termoeléctrico e 91,6% para o parque hidroeléctrico, valores que podem considerar-se excelentes em termos dos padrões internacionais e dão continuidade à boa performance que se vem registando há alguns anos;
- O número total de *efectivos* em serviço na CPPE evoluiu de acordo com a tendência de redução prosseguida pela Empresa, situando-se no final do ano em 2071, contra 2152 em 1996; e
- O *investimento* do ano - líquido de encargos financeiros - atingiu 17,5 milhões de contos, sendo de destacar os montantes relativos a: Novos Centros Produtores - 4,9; Centrais em Exploração - 3,3; Ambiente - 2,4; e Revitalização e Introdução de Gás Natural na Central do Carregado - 3,8 milhões de contos.

Outros Factos Significativos

- Licenciamento e arranque, em meados do ano, das Obras Preliminares do Reforço de Potência do Aproveitamento Hidroeléctrico de Venda Nova e conclusão do respectivo Projecto - Base, que foi já apresentado à Direcção Geral de Energia para aprovação e licenciamento.
- Início do desenvolvimento do Estudo Prévio do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor que envolve, nomeadamente, o Projecto Geral, os Estudos Geológicos e de Caracterização Geotécnica e o Estudo de Impacto Ambiental.
- Reentrada em serviço, em meados de Outubro, dos grupos V e VI da Central do Carregado, na sequência da conclusão das modificações para permitir a queima dual de fuel-óleo/gás natural, tornando-se pioneiros na utilização de gás natural para produção de

energia eléctrica em Portugal, consumindo já, 26,3 milhões de m^3 de combustível em 1997.

- Instalação no Grupo II da Central de Sines dos primeiros novos queimadores de baixo teor de NOx, no âmbito do programa em curso de redução do impacte ambiental das emissões de gases de combustão, acção que será estendida aos restantes grupos desta central até ao ano de 1999.
- Inicio da desactivação da Central da Tapada do Outeiro, com a saída de serviço do primeiro grupo gerador no último dia de 1997, nos termos do respectivo Contrato de Aquisição de Energia, e prosseguimento do programa de redução progressiva do seu pessoal, que se pretende manter ajustado às condições de exploração, em regime de queima exclusiva de fuel, dado o esgotamento do carvão nacional. Como resultado deste programa registou-se já, durante o ano, uma redução de efectivos de 27 trabalhadores.
- Entrada em serviço, no final do ano, do grupo I da Central do Fratel, na sequência dos trabalhos de reparação que se seguiram ao incêndio registado em Março no quadro de comando da turbina do grupo III, que alastrou a toda a cablagem de comando e controlo da Central, cujos danos estavam integralmente cobertos pelo seguro. Os trabalhos nos restantes grupos deverão estar concluídos no primeiro e segundo trimestre de 1998.

Plano Estratégico-Racionalização em curso

No quadro do desenvolvimento das orientações estratégicas estabelecidas globalmente para o Grupo, a CPPE prosseguiu a implementação dos programas definidos, em meados de 1996, para duas instalações piloto - Centro de Produção Cávado-Lima e Central de Setúbal - alargados posteriormente a todas as unidades operacionais da Empresa. No âmbito da execução destes programas, orientados para a melhoria da eficiência operativa das áreas de produção e para a redução de custos, visando, em última análise, reforçar a posição competitiva da Empresa, destacam-se as seguintes realizações:

- Início da implementação das acções visando o alargamento dos intervalos entre *operações de grande manutenção* dos grupos geradores, o reforço da manutenção preditiva e a redução da manutenção corrente, com reflexos, já evidentes, nos planos de manutenção programada executados em 1997;
- criação e arranque de uma *Unidade de Manutenção Comum* para coordenar a actividade de manutenção das centrais térmicas, nomeadamente através da intervenção na contratação de serviços para mais de uma central e na programação das grandes revisões dos grupos geradores, de forma a conseguir uma melhor utilização global dos recursos humanos e tecnológicos;
- *extinção dos departamentos de manutenção* do Alto Lindoso,

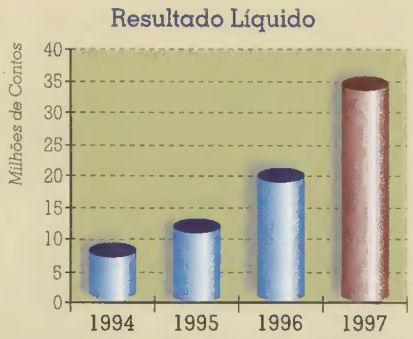
de Crestuma-Lever e da Aguieira, e dado início às acções conducentes à centralização das actividades de manutenção;

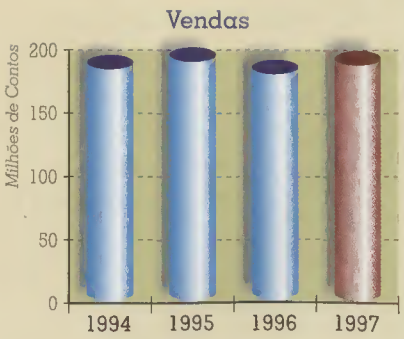
- *reorganização da Central do Barreiro*, que possibilitou uma redução significativa dos recursos próprios de manutenção, actividade que passou a ser apoiada pela Central de Setúbal; e
- conclusão do estudo prévio de *centralização do telecomando das centrais hidroeléctricas* e início da implementação das recomendações dele decorrentes, por forma a obter a substituição dos actuais três Centros de Telecomando por um único Centro até ao ano 2000.

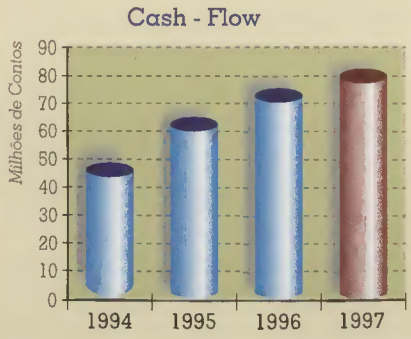
No final do 1° semestre arrancou o *Projecto de Redesenho das Funções e Processos de Apoio da CPPE* que, ao longo de diferentes etapas a desenvolver até meados de 1998, permitirá definir o nível adequado de serviço e custos para todos os departamentos de apoio da Empresa. Este projecto que abarca áreas tão diversas como as Compras e Aprovisionamentos, a Gestão de Recursos Humanos, a Comunicação, a Contabilidade e Tesouraria, a Logística, os Sistemas, o Planeamento e a Orçamentação, conduzirá ao estabelecimento de planos de acção detalhados que permitirão:

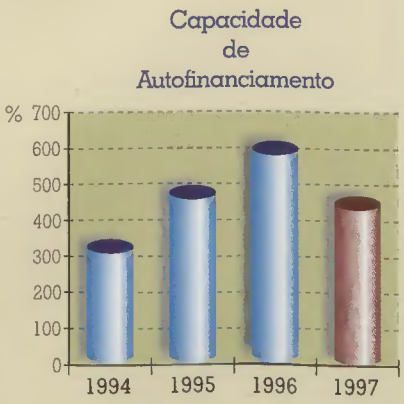
- eliminar estrangulamentos em sistemas e processos;
- melhorar o serviço aos clientes internos e externos;
- definir as funções das diversas unidades de apoio disseminadas ao longo da organização;
- determinar o nível óptimo de recursos requerido para cada uma dessas unidades; e
- gerir da forma mais adequada os recursos assim libertados, reafectando-os, sempre que justificado, às áreas onde sejam mais úteis.

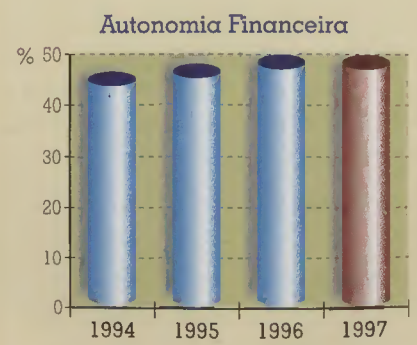
Evolução dos Principais Indicadores

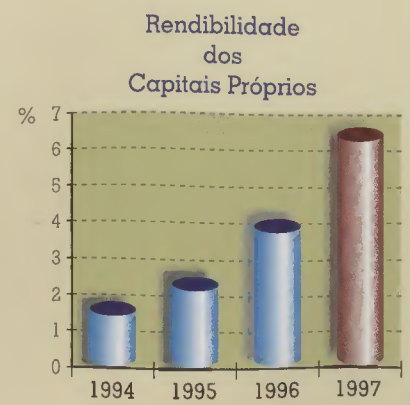




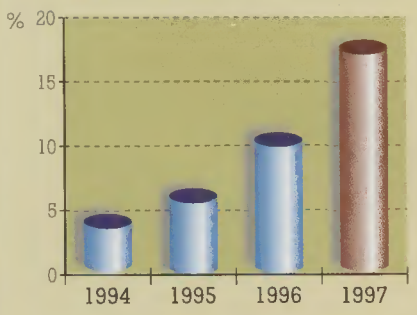




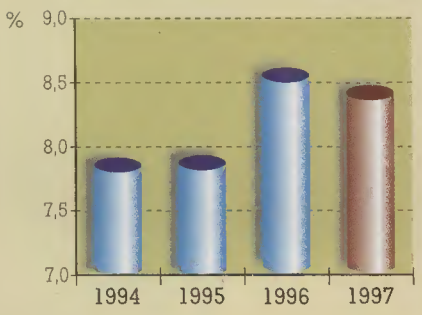




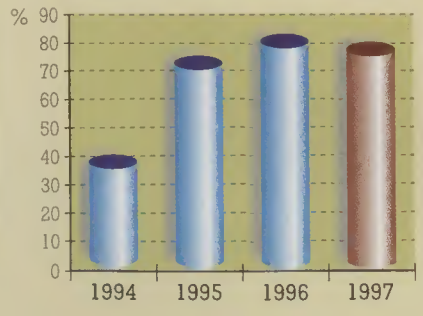
Rendibilidade das Vendas



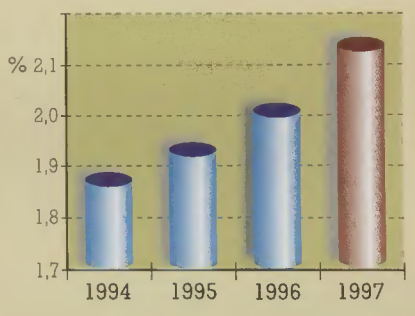
Rendibilidade Económica



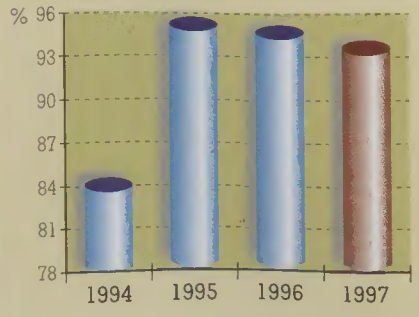
Liquidez Geral



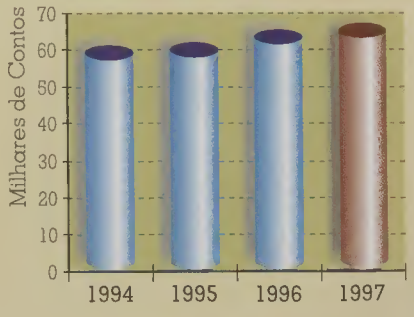
Solvabilidade Total



Cobertura do Imobilizado

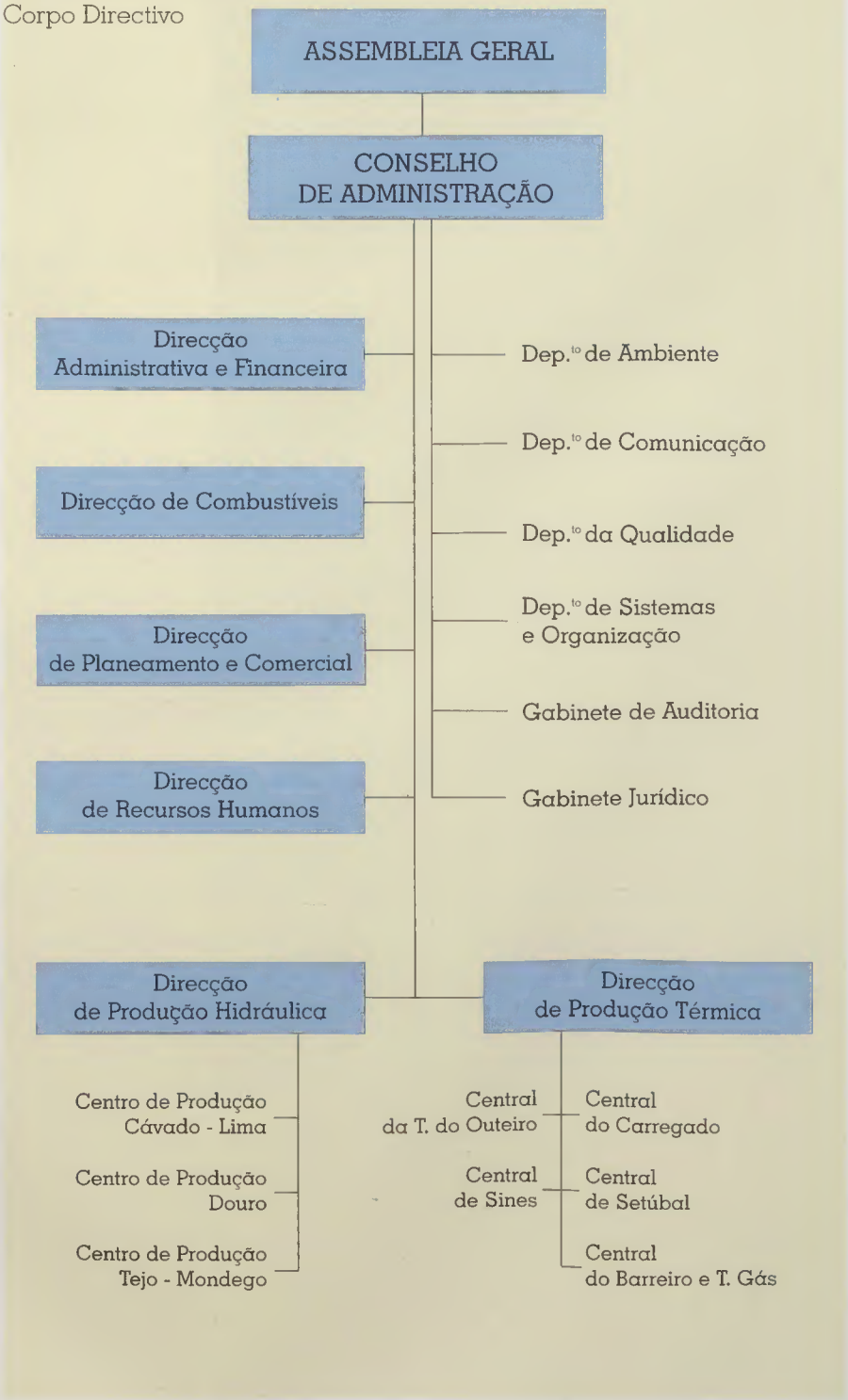


VAB per Capita



Relatório de Gestão

Organigrama, Órgãos Sociais e Corpo Directivo



Mesa da Assembleia Geral

Eng.º Hernâni Martins Verdelho
Presidente

Eng.º Manuel Joaquim Oliveira
Vice-Presidente

Eng.º Vasco Duarte Rodrigues
Secretário

Conselho de Administração

Eng.º Luís Filipe Lucena Ferreira
Presidente

Eng.º Jorge Manuel Ribeirinho Machado
Vogal

Eng.º João José Gomes de Aguiar
Vogal

Órgão de Fiscalização

A. Gândara & J. Monteiro
ROC Efectivo

J.Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção
ROC Suplente

Direcções, Gabinetes e Departamentos

Direcção Administrativa e Financeira (DAF)
Dr. Adalberto Fernando da Cunha

Direcção de Combustíveis (DCB)
Eng.º Duarte Manuel Vasconcelos Costa

Direcção de Planeamento e Comercial (DPC)
Eng.º António Jorge Flores Vasquez

Direcção de Produção Hidráulica (DPH)
Eng.º Téc. Francisco da Rocha e Silva

Direcção de Produção Térmica (DPT)
Eng.º Luís Silva Carrilho

Direcção de Recursos Humanos (DRH)
Eng. João José Saraiva Torres

Gabinete de Auditoria (GAD)
Dr. José Martins da Rocha

Gabinete Jurídico (GJR)
Avocado pelo Assessor do CA
Dr. Henrique Ferreira de Carvalho

Departamento de Ambiente (DPAB)
Dr.ª Maria Guadalupe Lança Madeira

Departamento de Comunicação (DPCM)
Eng. João António Silva Pintassilgo

Departamento da Qualidade (DPQL)
Eng.º José Pina e Silva

Departamento de Sistemas e Organização (DPSO)
Eng.º Carlos Gonçalves Oliveira

Director da Central da Tapada do Outeiro
Eng. Arlindo de Sousa Rodrigues

Director da Central do Carregado
Eng. João Maria Carvalho Rodrigues

Director da Central do Barreiro e T. Gás
Eng. Fernando Álvaro Rodrigues Pereira

Director da Central de Setúbal
Eng. Rui Mendes André

Director da Central de Sines
Eng. Carlos Luís Almeida Pereira

Director do Centro de Produção Cávado-Lima
Eng. Téc. Cipriano Sousa Serrenho

Director do Centro de Produção Douro
Eng. António Carlos Peito Monteiro

Director do Centro de Produção Tejo-Mondego
Eng. Téc. Maximiano Mendes Teles Menezes

A CPPE no Contexto do Sistema Eléctrico de Serviço Público

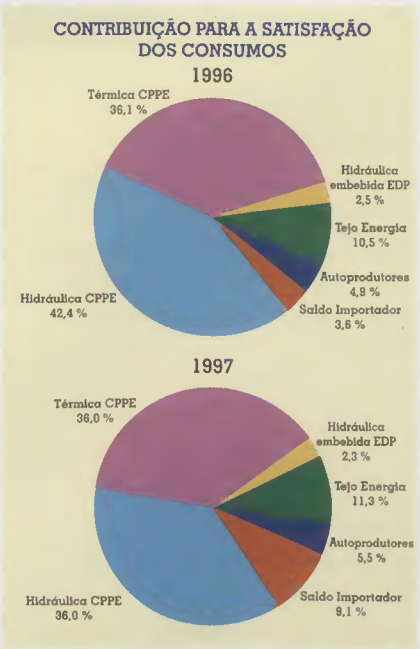
O Sistema Eléctrico Nacional (SEN) estabelece, na sua estrutura base, a coexistência de dois subsistemas com funções diferenciadas, o Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP) e o Sistema Eléctrico Independente (SEI).

- O SEP é actualmente constituído, no sector da produção de electricidade, pela CPPE e pela Tejo Energia, empresas detentoras de licenças vinculadas, a que se juntará em 1998 a Turbogás.
- O SEI compreende o Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV), que de momento é formado pelo conjunto de centrais hidroeléctricas das Empresas Embebidas do Grupo EDP, e todo o conjunto de produtores independentes detentores de meios de produção a partir quer de energias renováveis - minihídricas (até 10 MVA) e eólicas - quer de instalações de cogeração.

Em 1997 o consumo de electricidade referido à emissão na rede pública (SEP) cresceu cerca de 3,3% em relação a 1996, atingindo no final do ano 31916 GWh, tendo a CPPE contribuído com 23036 GWh - cerca de 72% - onde se incluem 100 GWh em bombagem hidroeléctrica.

A Tejo Energia (Central do Pego) contribuiu com 3607 GWh sendo o restante consumo satisfeito pelo saldo importador, que atingiu 2900 GWh, pela contribuição do SENV, no valor de 727 GWh, e pelas recepções de outros produtores do SEI, representando 1746 GWh.

No gráfico seguinte mostra-se o peso da contribuição de cada uma das fontes acima mencionadas, para o biénio 1996/97, evidenciando-se, no caso da CPPE, a contribuição hidroeléctrica e termoeléctrica.

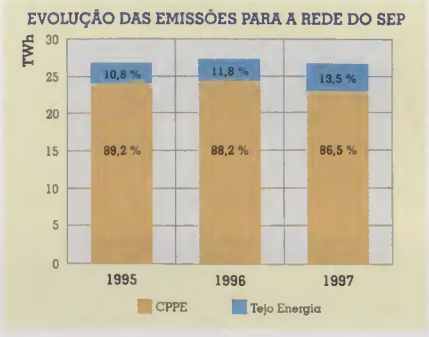


A quota da CPPE foi inferior à verificada em 1996 - 78,5%, correspondente a 24350 GWh - essencialmente devido ao forte crescimento do saldo importador - de 1111 para 2900 GWh - traduzindo a existência de excedentes significativos na rede espanhola, a custos competitivos relativamente aos centros de produção nacionais alimentados a fuelóleo, afectando directamente o nível de contribuição destes centros produtores da CPPE.

Em termos hidrológicos, o ano de 1997 - embora com afluências superiores à média - foi um pouco menos húmido do que o anterior,

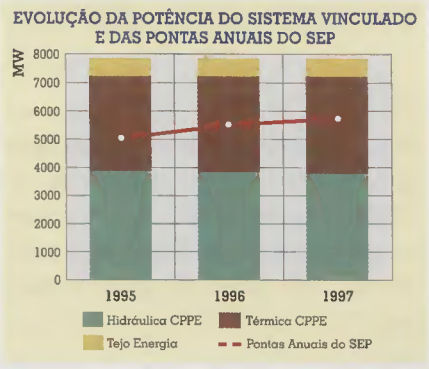
tendo associado um coeficiente de produtibilidade hidroeléctrica para todo o parque hídrico do Grupo EDP, de 1,22 contra 1,30 em 1996, o que explica, em boa parte, a diminuição da contribuição das centrais hidroeléctricas da CPPE, em cerca de 1600 GWh.

Considerando, exclusivamente, a *emissão para a rede do SEP* a partir dos centros electroprodutores do sistema vinculado em serviço durante 1997, pertencentes à CPPE e Tejo Energia, verifica-se que a quota da Empresa se situa agora em 86,5%, contra 88,2%, em 1996, conforme se mostra no gráfico abaixo, onde se apresenta a evolução verificada desde 1995.



Em relação à *potência líquida máxima do parque do sistema eléctrico* dos dois produtores vinculados, com centrais em exploração em 1997, não se verificou qualquer alteração em relação ao ano transacto. Assim, a potência ascendia no sistema da CPPE a 7 276 MW, no final de 1997 - 3 373 MW, do parque termoeléctrico e 3 903 MW, do parque hidroeléctrico - contra 584 MW da Tejo Energia.

No gráfico seguinte visualiza-se a *potência máxima no sistema vinculado*, no final de cada ano, no período 1995/97, mostrando-se igualmente a evolução da *ponta anual*, ao nível da emissão, na rede do SEP, para a satisfação da qual contribuíram, para além dos produtores vinculados, os restantes centros de produção atrás referidos.



Exploração do Sistema Electroprodutor

A potência instalada no sistema electroprodutor da CPPE não registou em 1997 qualquer alteração em relação ao ano anterior. Desta forma, no final do ano, a potência líquida máxima manteve-se em 7 276 MW, dos quais 3 373 MW no parque termoeléctrico e 3 903 MW no parque hidroeléctrico. A produtibilidade média anual no conjunto das centrais hidroeléctricas, referida à serie hidrológica de 1943/44 a 1993/94, é de 10,4 TWh.

A potência líquida máxima solicitada ao sistema produtor da CPPE ocorreu no dia 21 de Janeiro, atingindo 4 770 MW, ou seja, menos 200 MW do que o valor registado em 1996.

O coeficiente de produtibilidade hidroeléctrica foi, em 1997, superior em cerca de 19% ao da média dos regimes verificados nos últimos 50 anos, traduzindo a ocorrência de um ano hidrologicamente favorável, embora não tão húmido como o anterior, em que aquele coeficiente se situou 27% acima do mesmo referencial. No final do ano o armazenamento de energia no conjunto das albufeiras da CPPE totalizava 1903 GWh, correspondente a 78,7% da capacidade de pleno enchimento, valor que é superior em cerca de 15 pontos percentuais ao de 1996 e que traduz as fortes afluências verificadas no final do ano.

Emissão de Electricidade

Em 1997 a emissão total de electricidade do sistema electroprodutor da CPPE para a rede do SEP atingiu 23 036 GWh (produção líquida), valor este inferior em cerca de 5,4% ao registado em 1996. Esta produção foi praticamente repartida por igual entre os subsistemas hidroeléctrico e termoeléctrico

PRODUÇÃO LÍQUIDA DE ELECTRICIDADE

(GWh)

Designação	1995	1996	1997	Variação % 96/97
Centros de Produção Hidroeléctricos:				
CL-Sistema Cávado-Lima	2 686	2 915	2 376	-18,5
DR-Sistema Douro	4 006	7 934	7 385	-6,9
TM-Sistema Tejo-Mondego	875	2 290	1 762	-23,1
Parque Hídrico	7 567	13 138	11 523	-12,3
Centrais Térmicas:				
TO-Tapada do Outeiro	274	105	268	155,2
CG-Carregado	1 398	245	168	-31,4
BR-Barreiro	281	94	138	46,8
SB-Setúbal	5 519	2 351	2 558	8,8
SN-Sines	10 148	8 417	8 381	-0,4
TG-Turbinas a Gás	1	0	0	---
Parque Térmico	17 622	11 212	11 513	2,7
TOTAL CPPE	25 189	24 350	23 036	-5,4

Atendendo ao facto de a hidraulicidade em 1997 ter sido mais baixa do que a do ano anterior, a contribuição do subsistema hidroeléctrico foi menor, situando-se em 11 523 GWh, cerca de 87,7% da verificada em 1996. Por seu lado, o parque termoeléctrico contribuiu com 11 513 GWh, o que representa um aumento ligeiro, da ordem de 2,7%, em relação a 1996.

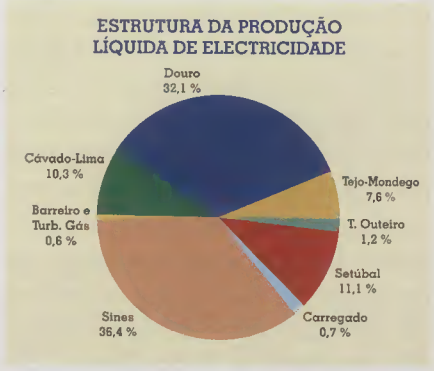
A principal explicação para o aumento pouco significativo da contribuição termoeléctrica, face à diminuição da hidroeléctrica, reside no facto de se ter verificado um forte crescimento do saldo importador, da ordem de 160% (cerca de 2,9 TWh em 1997 contra 1,1 TWh em 1996), traduzindo a existência de excedentes significativos na rede espanhola, a custos competitivos com os meios de produção nacional mais caros, cumulativamente com o aumento também importante (15%) das vendas dos pequenos produtores independentes à rede pública.

Cerca de 80% da produção líquida da CPPE em 1997 advém dos contributos do Centro de Produção do Douro com 32,1%, da Central de Sines com 36,4% e da Central de Setúbal com 11,1%.

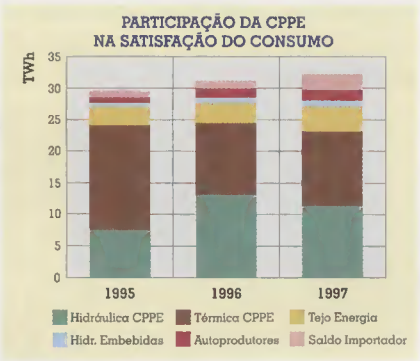
A Central do Carregado, que em 1996 tinha emitido para a rede do SEP cerca de 245 GWh, contribuiu em 1997 com 168 GWh, sendo de salientar que, neste valor, estão incluídos 92 GWh obtidos por utilização de gás natural nos grupos V e VI, possibilitando a queima de excedentes obrigatórios deste combustível, dando assim início, no País, à utilização de gás natural para produção de electricidade.

De acordo com o programa de desactivação progressiva estabelecido para a Central da Tapada do Outeiro verificou-se o esgotamento do parque de carvão nacional, através de uma exploração mais intensa dos grupos, o que explica o aumento muito significativo da produção da central em relação ao verificado no ano anterior. É igualmente de salientar que, de acordo com o CAE respectivo, foi atingida em 31 de Dezembro a data de fim de contrato do Grupo 1 da Central.

Nestas circunstâncias, o consumo total de combustíveis atingiu cerca de 2,77 milhões de tep, o que representa um aumento da ordem de 3% em relação ao valor verificado em 1996, coerente com o aumento global da contribuição do parque termoeléctrico.



No gráfico seguinte mostra-se a evolução da contribuição da CPPE para a satisfação do consumo ao nível da emissão, ao longo do triénio 1995/97.

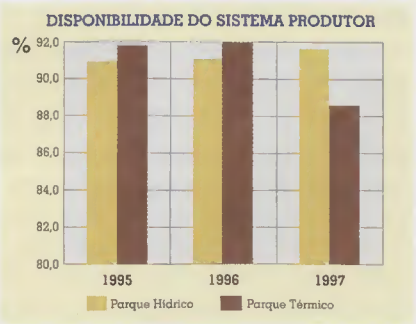


Disponibilidade

A taxa de disponibilidade média anual do parque hidroeléctrico atingiu 91,6%, valor superior em 0,5 pontos percentuais ao verificado em 1996, apesar do incêndio na Central de Fratel, que originou a indisponibilidade total deste centro electroprodutor a partir de 21 de Março de 1997. Deve referir-se que graças ao empenhamento de toda a equipa envolvida na recuperação da central foi possível realizar o paralelo do 1° grupo com a rede de transporte em 30 de Dezembro de 1997.

No parque termoeléctrico a disponibilidade média anual foi de 88,6%, contra 91,9% do ano anterior. Esta diminuição, já prevista, ficou essencialmente a dever-se à paragem do Grupo II da Central de Sines para instalação de medidas primárias de redução de emissões de NOx e aos trabalhos de revitalização e reconversão dos grupos V e VI da Central do Carregado para queima dual de fuelóleo e gás natural. De qualquer modo, os valores verificados encontram-se dentro dos níveis mais elevados atingidos por congéneres europeias.

A utilização média anual da potência disponível dos parques hidro e termoeléctrico da CPPE foi de, respectivamente, 37,4% e 46,2%.



Produção de Vapor e Cinzas

Os fornecimentos de *vapor* para clientes industriais a partir da Central do Barreiro totalizaram 598 mil toneladas, o que representa um aumento de 16% em relação ao ano anterior.

Por seu lado, as vendas de *cinzas volantes* da Central de Sines, destinadas à industria cimenteira e construção civil, atingiu as 296 mil toneladas, mais 7,2% do que em 1996.

Aprovisionamento de Combustíveis

Carvão

As boas condições hidrológicas e a redução dos consumos decorrente da paragem programada para a instalação de novos queimadores de baixo teor de NOx no Grupo II da Central de Sines determinou o nível de consumo de carvão, cuja importação, em 1997, foi da ordem de 3,1 Mt.

O estabelecimento de novos contratos com a África do Sul permitiu usufruir das boas condições de mercado e determinou que, no final do ano, o custo CIF do carvão se tenha situado em 47,2 US Dollar/tec, valor inferior em cerca de 2,4%, ao de 1996.

No entanto, por força da forte valorização do US Dollar, o preço médio anual, em moeda nacional, foi de 8,4 contos/t, o que representa um agravamento dos custos unitários da ordem de 6% relativamente ao ano precedente.

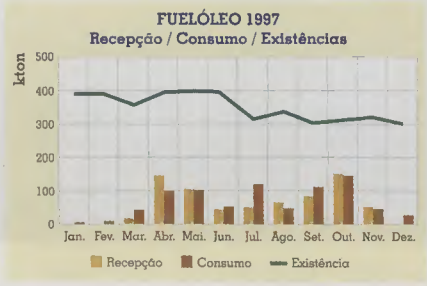
No gráfico abaixo apresenta-se a evolução das quantidades recepcionadas, consumidas e existentes em cada mês e onde se verifica a manutenção, ao longo do ano, de existências próximas de 500 kt.

Fuelóleo

As boas condições hidrológicas ocorridas em 1997, proporcionaram também, em relação ao valor orçamentado, uma redução de cerca de 13% no consumo de fuelóleo. Assim, em vez das 896 kt, inicialmente previstas para o ano, apenas se consumiram 784 kt, predominantemente na Central de Setúbal.

No período de Abril a Novembro, registou-se alguma estabilidade do mercado, embora em Setembro, como reflexo da crise do Iraque e do fim das exportações habituais da Rússia, as cotações tenham subido significativamente.

Relativamente ao ano anterior, verificou-se uma diminuição de cerca de 15,8 US Dollar/t no preço CIF do combustível importado com uma média anual nos 93,2 US Dollar/t. A esta diminuição de preço na origem, contrapôs-se, no entanto, o efeito da subida do dólar, pelo que, em moeda nacional, o custo do fuelóleo importado situou-se nos 16,7 contos/t, ligeiramente inferior, portanto, ao verificado no ano passado - 16,9 contos/t.



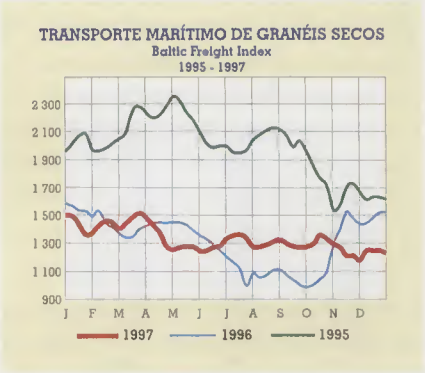
Transporte Marítimo

O custo do transporte marítimo de carvão para a Central de Sines alterou-se, positiva e profundamente, em 1997, como resultado de contratos com taxas de frete indexadas ao mercado de ocasião.

Assim, não obstante os primeiros transportes do ano terem sido

ainda efectuados na base de contratos de frete a preço fixo, a indexação do preço dos fretes a um mercado em baixa levou a que o preço base do transporte marítimo de carvão baixasse de 7,66 US Dollar/t, em 1996, para 6,65 US Dollar/t, em 1997, o que representa uma descida da ordem dos 13%.

Pela análise do "Baltic Freight Índex" pode ainda verificar-se que o *mercado de transporte marítimo de carvão* manteve durante o ano uma razoável estabilidade, com tendência de descida.



Actividade Comercial

Vendas de Electricidade

Relativamente ao ano anterior, a variação mais significativa ocorreu nas parcelas relativas a facturação de "Energia" e "Outros", sendo a primeira justificada pelo efeito conjugado da maior produção de energia de origem térmica e da subida do dólar - vidé consumo e importação de combustiveis - enquanto a segunda ficou a dever-se a regularizações financeiras relativas ao projecto de Foz Côa.

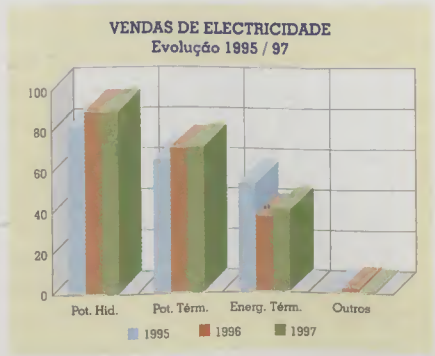
Durante o ano de 1997 foi atingido um volume de vendas de electricidade à REN de 197,8 milhões de contos facturados com o seguinte detalhe:

VENDAS DE ELECTRICIDADE
FACTURAÇÃO À REN

Unidade: milhões de contos

	1995	%	1996	%	1997	%
Potência	147,1	73,2	155,3	80,1	156,2	79,0
Aproveitamentos Hidróeléctricos	81,6	40,6	86,5	44,6	87,0	44,0
Centrais Termoeléctricas	65,5	32,6	68,8	35,5	69,2	35,0
Energia	54,1	26,8	36,7	18,8	41,4	20,9
Centrais Termoeléctricas	54,1	26,8	36,7	18,8	41,4	20,9
Outros			1,9	1,0	0,2	0,1
TOTAL	201,2	100	193,9	100	197,8	100

A evolução nos últimos 3 anos, observada no gráfico seguinte



traduz a influência do regime de hidraulicidade na facturação de energia, em que ao maior coeficiente de hidraulicidade corresponde o menor valor da facturação.

Outras Actividades

No âmbito do Sistema de Informação do Mercado de Energia (SIME), entrou em funcionamento experimental o Despacho Electrónico bem como a Telecontagem de energia nas Centrais de Sines, Setúbal, Carregado e Tapada do Outeiro.

- No seguimento da conclusão dos trabalhos de reconversão dos grupos V e VI da Central do Carregado para queima dual, foram formalizadas as relações comerciais com a Transgás e com a REN, mediante a assinatura dos respectivos contratos.
- Encontra-se em fase de conclusão a Adenda ao Contrato de Aquisição de Energia da Central de Sines, referente à instalação de novos queimadores de baixo teor de NOx.

Desenvolvimento do Sistema Electroprodutor

Durante o ano de 1997 não se registou no Parque Electroprodutor da CPPE qualquer alteração em termos de potência instalada.

Na área dos projectos de Novos Centros Produtores em curso, há no entanto a salientar, além do Reforço de Potência de Venda Nova e do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor - à frente descrito - o prosseguimento dos trabalhos do Aproveitamento Hidroeléctrico do Alqueva.

Este novo centro electroprodutor - - a ser explorado pela CPPE por um período de 30 anos de acordo com um contrato de exploração a celebrar com a EDIA, Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A será dotado de dois grupos reversíveis de 2x120 MW estando a entrada em exploração prevista para 2002.

Na área dos centros electroprodutores em exploração há que realçar a introdução do gás natural na Central do Carregado e o início da instalação de queimadores de baixo teor de NOx em Sines.

- **Reforço de Potência de Venda Nova**

  O desenvolvimento deste projecto decorreu de acordo com o programado, sendo de salientar o licenciamento e o início das Obras Preliminares, a conclusão do Projecto Base e a sua apresentação à Direcção Geral de Energia com vista à sua aprovação e licenciamento e o lançamento do concurso para o fornecimento dos grupos reversíveis.

  Este novo centro electroprodutor - cuja entrada em serviço se prevê para o final de 2002 - será dotado de uma central subterrânea em caverna, equipada com dois grupos reversíveis com uma potência de 2x93 MW a que corresponderá uma produção média anual de 220 GWh.

- **Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor**

  Deu-se início ao desenvolvimento do Estudo Prévio que integra o Projecto Geral e o Estudo de Impacto Ambiental - para o qual foi nomeada uma Comissão de Acompanhamento no âmbito do Ministério do Ambiente - cuja conclusão deverá ocorrer nos finais de 1998.

- **Reconversão dos Grupos V e VI da Central do Carregado para queima fuel / gás natural**

  Este projecto, comparticipado pelo Programa Energia da UE, está inserido no processo de introdução do gás natural no país e criou as condições indispensáveis para assegurar a queima de excedentes de gás natural por centrais do Sistema Eléctrico de Serviço Público, nos termos dos compromissos estabelecidos entre a REN, Rede Eléctrica Nacional, S.A. e a Transgás, S.A.. Em simultâneo com esta reconversão procedeu-se à revitalização dos grupos V e VI que ficaram equipados para uma queima dual gás natural/fueóleo.

- **Redução do Teor de Emissões de NOx na Central de Sines.**

  No âmbito do programa de redução de emissões de NOx na Central de Sines procedeu-se à instalação no Grupo II de novos sistemas de queima, como forma de implementação das medidas primárias de redução do teor de óxidos de azoto nas emissões, acção que será estendida aos restantes grupos desta central no decurso dos anos de 1998 e 1999.

Recursos Humanos

O ano de 1997 fica assinalado pelo *Projecto "Funções de Apoio"*, lançado na sequência da reflexão estratégica para a CPPE, no âmbito do qual foram analisadas as áreas de Recursos Humanos em toda a Empresa tendo em vista a simplificação de processos e a racionalização de actividades. As recomendações daí resultantes, aprovadas no final do ano, vão determinar os passos seguintes para a construção de um tipo de organização mais claramente apostada no desenvolvimento dos Recursos Humanos.

A política de Recursos Humanos desenvolvida em 1997, continuou apoiada num conjunto de acções que tiveram subjacentes os seguintes objectivos fundamentais:

- Ajustamento dos recursos humanos às necessidades da Empresa através de uma adequada política de formação e reconversão profissional; de movimentação interna; de estágios profissionais e de reformas;
- Aprofundamento da componente motivacional e social junto dos trabalhadores, através da evolução de carreiras, da distribuição de resultados e do prémio de avaliação de desempenho;
- Análise e ajustamento organizacional visando a introdução de maior flexibilidade na organização, de novos procedimentos e de métodos e processos, bem como a definição de novas funções e seu enquadramento, particularmente no apoio aos Planos de Acções de Melhoria em curso nas Direcções Operacionais; e
- Reforço das acções relacionadas com a saúde e a prevenção e segurança apostando, essencialmente, em acções preventivas, quer na medicina no trabalho e nas condições de trabalho, quer nas auditorias de segurança.

Durante o ano, realizaram-se - pela segunda vez - "actividades outdoor" para Quadros, que constituíram uma oportunidade de, para além de momentos de salutar convívio, reforçar a cultura da Empresa e a importância do trabalho de equipa.

Em 1997, deu-se continuidade à colaboração com o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência do Ministério da Saúde num programa de prevenção da toxicodependência em meio industrial, que abrangeu todas as unidades industriais da Empresa.

No final do exercício, integravam o Quadro de Pessoal da Empresa

2071 trabalhadores. Verifica-se, assim, ter ocorrido, relativamente a 1996, uma redução de 81 trabalhadores - cerca de 3,8% - resultante de 119 saídas por reforma, transferência, rescisão por mútuo acordo e falecimento, e 38 entradas, 27 por admissões do exterior e 11 transferências de outras empresas do Grupo. No final do ano, a distribuição por Categorias Profissionais era a que consta do quadro evolutivo seguinte:

Formação

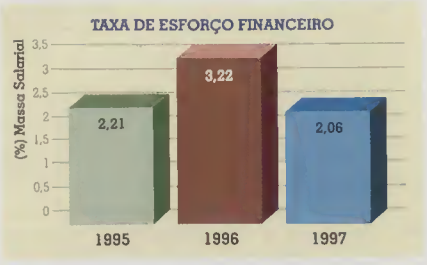
Durante o ano levaram-se a efeito 419 acções de formação, frequentadas por 2313 formandos num total de 6822 dias. Estas acções integram um Plano de Formação cujo objectivo visa assegurar que os benefícios, partilhados pelos trabalhadores e a Empresa, sejam consentâneos com o montante do investimento realizado. O gráfico seguinte mostra a evolução da *taxa de esforço financeiro* nos últimos 3 anos.

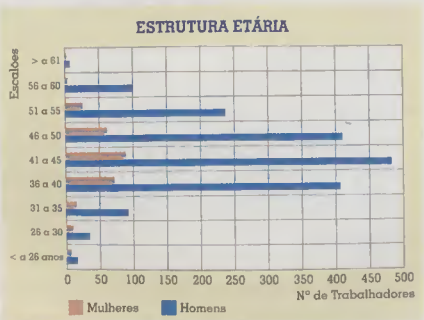
QUADRO DE PESSOAL
EVOLUÇÃO 1995/97

Categorias Profissionais	1995		1996		1997	
	Quant	(%)	Quant	(%)	Quant	(%)
Directores/Chefias Superiores (*)	42	1,9	39	1,8	45	2,2
Quadros Superiores	297	13,6	321	14,0	299	14,4
Quadros Médios	128	5,9	117	5,4	111	5,3
Chefias de Secção	26	1,2	26	1,2	24	1,1
Prof. Altamente Qualif.	675	31,0	674	31,3	657	31,8
Prof. Qualificados	594	27,2	572	26,6	559	27,0
Prof. Semi-Qualificados	372	17,1	356	16,5	333	16,1
Prof. Não Qualificados	47	2,1	47	2,2	43	2,1
TOTAL	2181	100,0	2152	100,0	2071	100,0

(*) inclui o CA da CPPE.

No que concerne à *Estrutura Etária*, verifica-se que a faixa de idades entre os 40 e os 50 anos agrega cerca de metade dos efectivos o que faz situar nos 44 anos a idade média dos trabalhadores da Empresa.





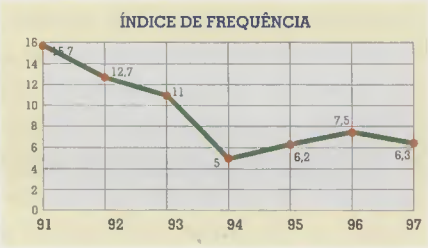
Neste âmbito cabe ainda referir a realização nas Centrais Termoeléctricas, de *acções sobre "Comunicação interna"*, com a participação de todos os trabalhadores, e bem assim a frequência por chefias superiores de programas de Direcção e Alta Direcção

de Empresas, investimento muito significativo que a CPPE continua a fazer para este nível de funções.

Prevenção e Segurança

Os indicadores relativos à sinistralidade em 1997 reflectem uma melhoria que importa realçar, traduzida na redução do número de acidentes e a não ocorrência de acidentes mortais.

A evolução do índice de frequência - gráfico abaixo - diz bem do esforço continuado que vem sendo feito neste domínio:



Desenvolvimento dos Sistemas de Informação

Em 1997, a CPPE deu continuidade ao esforço de modernização e desenvolvimento dos sistemas de informação já iniciado em anos precedentes, factor capital para obtenção de vantagens competitivas e suporte das estratégias a implementar pelas empresas de sucesso.

A evolução registada nos *Sistemas de Informação* em exploração na Empresa, bem como a entrada em serviço de novos sistemas, obrigou ao alargamento da banda na infraestrutura de comunicações que assegura o "Internetworking" da CPPE. Consequentemente, a rede da Empresa permite agora a disponibilização de serviços e aplicações em ambiente IntraNet, com as vantagens inerentes à utilização dum interface standard universal. A tecnologia subjacente a este tipo de serviços possibilitará futuros desenvolvimentos e soluções de elevada performance em áreas diversificadas.

No que concerne à gestão do *Parque Informático*, deu-se continuidade à política de actualização tecnológica, traduzida na renovação dos computadores pessoais de maior índice de obsolescência e na gradual substituição de terminais por PC's. Ainda neste domínio, realizaram-se estudos para a implementação duma rede integrada - voz e dados - no novo edifício-sede da CPPE, de que se concluiu a 1ª fase.

No âmbito dos *sistemas e projectos específicos* destacam-se as seguintes realizações:

- GIM (Gestão Integrada da Manutenção) - Actualização do software de base (RAPIER) para a versão em ambiente gráfico;
- GPinfo (Gestão da Produção) - Concluída e em funcionamento experimental a 1ª fase do desenvolvimento de uma nova versão, baseada em Oracle e Ambiente Gráfico, referente ao registo dos resultados horários a nível de central e grupo gerador;
- SQFS (Sistema de Qualificação de Fornecedores de Serviços) - Concluída a versão 1 da aplicação e iniciado o desenvolvimento da versão em ambiente gráfico, a ser implementada em todo o Grupo EDP; e
- GAIA (Gestão Ambiental) - Concluída uma primeira fase comportando o módulo de Monitorização Ambiental - já em funcionamento normal em todas as Centrais Térmicas - e do Módulo de Resíduos em situação de arranque experimental.

Durante o exercício passou a ser acessível, via IntraNet - Rede interna da Empresa - na base de referências bibliográficas, a *Informação Científica e Técnica* da CPPE, e reforçada a acessibilidade às demais fontes de informação.

Qualidade

Dando continuidade ao processo iniciado em 1995, realizou-se uma nova acção de *Auto-avaliação da Qualidade da CPPE*, de acordo com o Modelo Europeu de Excelência do Negócio da EFQM - European Foundation for Quality Management - , envolvendo todas as estruturas da Empresa.

Com base nos "pontos fortes" e nas "áreas de melhoria" antes identificados, definiram-se planos de acção, que passaram a integrar o Plano de Actividade para 1998, da Empresa.

Concluiu-se e implementou-se o *Sistema de Qualificação de Fornecedores de Serviços (SQFS)*, e respectivo Manual de Procedimentos, passando, a partir de agora, a efectuar-se a selecção de fornecedores para concursos da CPPE com base na "bolsa de fornecedores" do SQFS.

Ambiente

No âmbito da *Declaração de Política de Ambiente da CPPE*, que define os princípios básicos que devem presidir ao desempenho ambiental da Empresa, tiveram lugar durante o ano de 1997 diversas acções ambientais relevantes, de que se destacam as seguintes:

- Dada continuidade ao *Plano de Redução das Emissões de SO2 e NOx* com a instalação de queimadores de baixo NOx no Grupo II da Central de Sines;

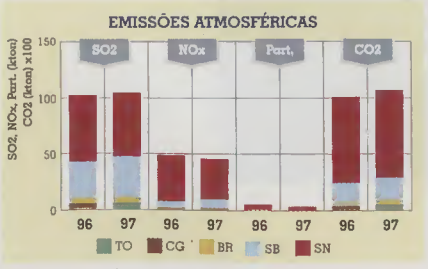
- Realizada a primeira experiência piloto de auditoria interna na Central de Setúbal, no âmbito do *Programa de Auditorias Ambientais*;
- Implementação em todas as centrais térmicas do Módulo de Monitorização Ambiental da aplicação *GAIA - Sistema de Informação e Gestão Ambiental*; Concluído o desenvolvimento do *Módulo de Resíduos*, a implementar no 1º semestre de 1998;
- Feita a caracterização dos trabalhos ambientais a efectuar com vista ao descomissionamento ambiental do Grupo I da Central da Tapada do Outeiro;
- Realizadas as acções tidas por necessárias para a implementação das infraestruturas de suporte ao projecto da *Reflorestação da Serra da Arrábida* no âmbito do Acordo de Cooperação para a valorização dos efluentes térmicos da Central de Setúbal em agricultura protegida;
- Contribuição para a revisão do *Plano de Ordenamento das Albufeiras da Caniçada, Régua e Carrapatelo*;
- Promoção do relacionamento institucional com as autarquias locais, Direcções Regionais do Ambiente, Direcções Regionais da Indústria e Energia, Instituto da Água, Instituto de Navegabilidade do Douro e Parque Nacional da Peneda Gerês;
- Acompanhamento de trabalhos de recuperação paisagística de aproveitamentos hidroeléctricos;
- Realizado o acompanhamento e vigilância da qualidade da água nas albufeiras e dos sistemas autónomos de abastecimento às instalações electroprodutoras; e
- Caracterização da produção de *resíduos industriais*, seu armazenamento, transporte, valorização e eliminação ambientalmente seguras.

No seguimento do Convénio Relativo ao Programa de Optimização

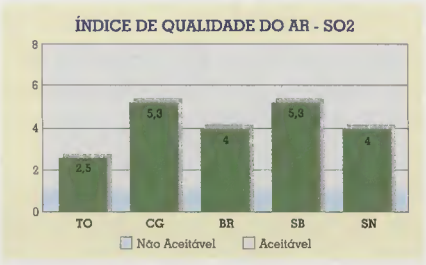
das Condições de Exploração dos Aproveitamentos Hidroeléctricos do Alto Lindoso e Touvedo, no Rio Lima, celebrado entre a EDP e o Ministério do Ambiente, destacam-se, ainda, as seguintes acções:

- Concretizada pela Vattenfall Utveckling AB, a 1ª fase do estudo que visa a análise da adequabilidade do sistema de elevação de peixes de Touvedo aos fins para que foi concebido;
- Iniciados os trabalhos de integração paisagística do açude de retenção de material sólido, situado imediatamente a montante da restituição da Central do *Alto Lindoso*; e
- Efectuados os estudos visando a estabilização e integração paisagística da escombreira situada junto ao túnel de acesso *à Central do Alto Lindoso*.

As *emissões atmosféricas*, no ano de 1997, mantiveram valores favoráveis semelhantes ao ano anterior.



O índice de *qualidade do ar* apresentou no final do ano valores favoráveis em todas as centrais do parque térmico da empresa. Os índices obtidos permitem considerar que o impacte atmosférico se situou em níveis socialmente aceitáveis nas zonas de influência daquelas centrais térmicas.



Investigação e Desenvolvimento (I&D) / / Internacionalização

Projectos de I&D

Durante 1997 a CPPE em parceria com Institutos e Universidades Portuguesas desenvolveu estudos no âmbito de vários Projectos de I&D. Em colaboração com a nossa participada PROET e diversos parceiros nacionais e internacionais, a CPPE participou ainda em cerca de 14 projectos comunitários de I&D ao abrigo dos programas SPRINT, BRITE EURAM, JOULE e ESPRIT, envolvendo no conjunto um montante superior a 240 mil contos.

Internacionalização

Inserido no esforço que a EDP tem vindo a fazer na internacionalização, a CPPE em parceria com a INTERNEL e outras Empresas do Grupo, integrou o Consórcio PETROENERGIA - como coordenadora do projecto - constituído, além da EDP, pelo Banco ESSI, PARTEX e IAT-ENERGIA,Lda., com o objectivo de elaboração de propostas a apresentar à PETROBRAS no âmbito da instalação de centrais de cogeração em 9 refinarias desta empresa.

O Consórcio, após ter sido qualificado para o concurso, efectuou várias missões técnicas ao Brasil visando definir detalhadamente as especificações para os sistemas de cogeração e centrais termoeléctricas para as instalações da PETROBRAS. As propostas e contrapropostas apresentadas aguardavam decisão no final do ano.

Auditoria Interna

No exercício de 1997, deu-se continuidade à política de alargamento de auditorias às diversas actividades da Empresa, política que tem por objectivo, além de avaliar a uniformidade dos vários procedimentos, contribuir para o aperfeiçoamento do controlo interno e, consequentemente, melhorar a qualidade de gestão da Empresa.

Na prossecução destes objectivos foram realizadas diversas acções temáticas nas áreas das compras e aprovisionamentos, das existências e gestão de stocks, das empreitadas e prestação de serviços, do cadastro, da formação profissional, do funcionamento das tesourarias e sobre a informação residente no sistema de pessoal. Em paralelo foi efectuado o acompanhamento e controlo da implementação das "recomendações" das auditorias anteriormente realizadas.

Comunicação e Imagem

No decorrer do ano de 1997 deu-se seguimento à política de comunicação da CPPE, com relevo para as Relações Públicas enquanto vector fundamental da manutenção e desenvolvimento da imagem positiva da Empresa, mas abrangendo também a comunicação interna.

adequados, visando a integração das centrais nas actividades locais com expressão social. Destacam-se as acções relacionadas com a gestão dos recursos hídricos com o ambiente e a introdução do gás natural na Central do Carregado.

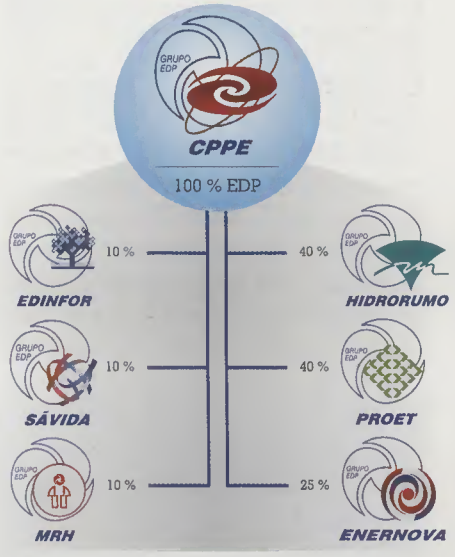
No âmbito geral da Comunicação e Imagem destacam-se as seguintes acções:

- Arranque da implementação do Plano de Comunicação Interna, desenhado no âmbito da análise estratégica em curso, que aponta para um reforço dos instrumentos e das acções de comunicação.
- Organização do 6º Encontro da CPPE no Porto subordinado ao tema "Plano Estratégico", em que se aprofundou a análise estratégica em curso e os respectivos planos de implementação.
- Participação em diversas exposições e feiras com stands
- Publicação do "Jornal CPPE" periódico, bimestral, repositório das actividades mais relevantes na vida da Empresa, visando a comunicação e o envolvimento de todos os trabalhadores.

Empresas Participadas

Durante o exercício verificou-se um aumento de capital da ENERNOVA no montante de 75 mil contos mantendo-se, no entanto, a posição relativa da CPPE - 25% - não havendo qualquer alteração nas demais participações financeiras que são as seguintes:

HIDRORUMO	40%
PROET	40%
ENERNOVA	25%
EDINFOR	10%
SÃVIDA	10%
MRH	10%



Evolução Económica e Financeira

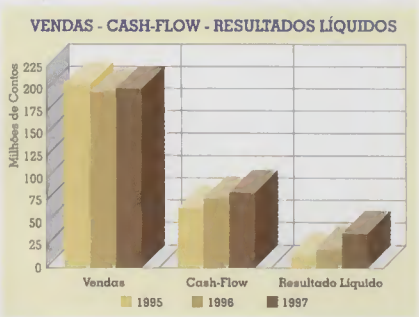
PERFORMANCE EMPRESARIAL

No exercício de 1997, as **Vendas** atingiram o montante de 198,7 milhões de contos, sendo 197,8 milhões de contos relativos à venda de electricidade e os restantes - 0,9 milhões de contos - provenientes da venda de vapor e cinzas, essencialmente.

A Empresa obteve um **Resultado Líquido de 36,0** milhões de contos, contra 21,6 milhões de contos do exercício precedente, a que corresponde uma melhoria da ordem dos 67% - mais 14,5 milhões de contos - o que confirma o bom nível do crescimento sustentado da CPPE.

O Cash-flow gerado durante o exercício, situou-se em 81,2 milhões de contos - mais 8% relativamente ao verificado no ano anterior - o que facultou o auto-financiamento dos novos investimentos, no montante de 17,5 milhões de contos, satisfez as necessidades em fundo de maneio decorrentes da actividade operacional, permitindo, ainda, uma "amortização extraordinária" de 27,5 milhões de contos da Dívida - "Suprimentos de Longo Prazo" - à Holding/EDP.

Pela análise das demonstrações financeiras insertas neste Relatório, pode também verificar-se que a Empresa manteve a tendência de consolidação da sua **autonomia e solidez financeiras.**



DESPESAS DE INVESTIMENTO

Em 1997, a Empresa investiu 18 536 milhares de contos - a custos totais - que incluem 1 020 milha-

INVESTIMENTO
EVOLUÇÃO 1995/97

Unid: milhares de contos

Designação	1995	1996	1997		
	Custos Totais	Custos Totais	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	Custos Totais
Específico					
Produção Hidráulica	12 842	7 459	7 493	77	7 571
Aproveitamentos em construção	10 683	5 119	(*) 3 600	-	3 600
Aproveitamentos a Lançar	1	232	1 268	-	1 268
Aproveitamentos em Exploração	2 158	2 108	2 625	77	2 702
Produção Térmica	4 196	5 546	6 863	943	7 806
Centrais em Exploração	4 184	3 862	704	167	871
Projectos Especiais	12	1 684	6 159	776	6 935
Estudos e Projectos (**)	426	20	21	-	21
Projectos de I & D		153	242	-	242
Outro (Não Específico)	543	464	2 897		2 897
TOTAL	18 007	13 642	17 516	1 020	18 536

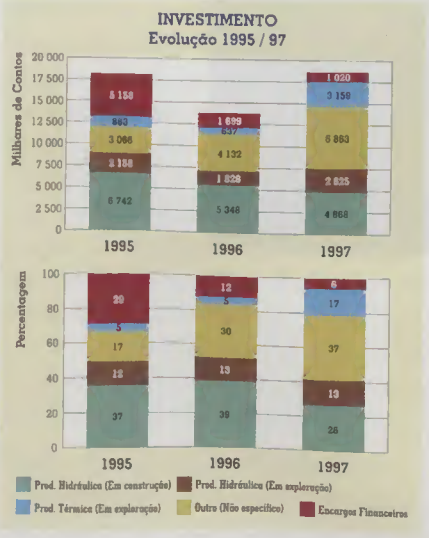
(*) Relativo ao Aproveitamento de Foz Côa
(**) Em 1995 inclui Projectos de I&D

res de contos de encargos financeiros intercalares.

Daquele montante, cerca de 41 % destinaram-se a empreendimentos ligados à **Produção Hídrica**, cerca de 42% em **Centrais Térmicas** e os restantes 17% em Projectos de I&D, outros e investimento não especifico.

No âmbito dos **empreendimentos hidroeléctricos** importa destacar o investimento realizado em "estudos e projectos" de Venda Nova II e Baixo Sabor e nas Obras Preliminares de Venda Nova II que atingiram em conjunto cerca de 1 270 milhares de contos - 7%.

Nas **centrais térmicas**, realça-se a Revitalização e Reconversão para Queima Dual dos Grupos V e VI da Central do Carregado, bem como o investimento na Instalação de Queimadores de baixo NOx visando a redução dos impactos ambientais na Central de Sines, que em conjunto atingiram o valor de 5 244 milhares de contos - 30%.



GESTÃO FINANCEIRA

Ao longo do ano de 1997, a Empresa amortizou, conforme inicialmente previsto, 30,9 milhões de contos da sua Dívida à Holding EDP, SA - 27,6 milhões de contos relativos à *Dívida Inicialmente Alocada* e 3,3 milhões de contos dos *Suprimentos de Longo Prazo*.

Os encargos financeiros - juros e diferênças de câmbio - respeitantes ao Serviço de Dívida, no seu todo, atingiram no ano, cerca de 25,1 milhões de contos, sendo 22,3 milhões de contos relativos à Dívida Inicialmente Alocada e o restante, 2,8 milhões de contos aos Suprimentos de Longo Prazo.

Tal como nos anos anteriores - mais propriamente desde a reestruturação da EDP, em 1994 - a gestão da Dívida da CPPE perante a Holding foi efectuada no âmbito do Serviço de Dívida global do Grupo tendo incumbido à Direcção Financeira da Holding - em sintonia com as Empresas do Grupo - a aplicação da política e dos critérios consensualmente definidos, uma e outros consentâneos com as realidades financeiras e estratégicas da EDP, SA.

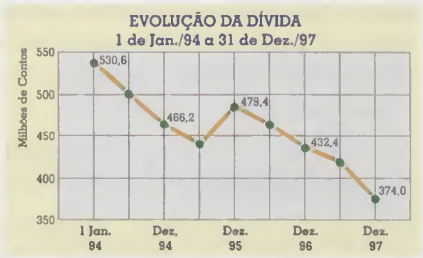
Neste contexto, e à semelhança do ano transacto, foi proposto, no final do ano pela CPPE e aceite pela Holding, uma Amortização Extraordinária de 27,5 milhões de contos da Dívida da Empresa, a incidir nos Suprimentos de Longo Prazo, concedidos pela Holding à CPPE no final de 1995, nas condições então definidas.

Desta forma, a dívida total da CPPE à Holding EDP - que no final

de 1996 era de 432,4 milhões de contos - passa, no final do exercício de 1997, para 374,0 milhões de contos, assim decompostos:

- Dívida Inicialmente Alocada: 359,1 milhões de contos
- Suprimentos de Longo Prazo: 14,9 milhões de contos

Como se verifica no gráfico seguinte, a Divida de ML Prazo da Empresa manteve, em 1997, a trajectória descendente retomada no exercício anterior, registando um decréscimo líquido total da ordem dos 157 milhões de contos - menos 29,5% - relativamente à data do arranque formal da Empresa - Janeiro de 1994.



Perspectivas para o Ano de 1998

O ano de 1998 será marcado pelo prosseguimento do processo de mudança que abrange toda a Empresa e visa dotá-la duma estrutura racional e flexível que permita agilizar a sua gestão e a torne apta a enfrentar os desafios da competitividade que vão marcar os próximos anos, criando condições para a sustentação do seu crescimento num mercado que, por ser altamente concorrencial, vai exigir elevadas performances dos operadores em cena.

O Plano Estratégico da CPPE, que se harmoniza com o do Grupo EDP, aponta para a optimização da exploração, para a racionalização dos serviços e para a diversificação de novas oportunidades de negócio, objectivos que - em sintonia com as orientações estratégicas da Holding e com o investimento na formação de Quadros e demais trabalhadores da Empresa constituirão as preocupações primordiais do CA.

O investimento a realizar estará orientado para a construção de novos centros produtores, onde sobressaem o Aproveitamento de Venda Nova II - já em fase de construção - e o do Baixo Sabor - em fase de estudos de avaliação do impacte ambiental. Continuará a ser muito significativo o esforço financeiro em investimentos ligados à preservação do ambiente, com os projectos de Redução das Emissões de NOx da Central Térmica de Sines - e a construção da Instalação de Tratamento de Efluentes Líquidos da Central do Carregado.

Será igualmente significativo, o investimento na modernização tecnológica das centrais e no desenvolvimento dos sistemas de informação, suporte indispensável ao sucesso da estratégia que se quer implementar na Empresa, em especial no que se refere aos problemas levantados pelo EURO e pelo ano 2000.

Além das medidas visando uma maior racionalização e eficiência dos serviços - objectivos que integram a implementação das recomendações das análises estratégicas em curso - continuará a constituir preocupação permanente da Administração a melhoria dos elevados índices de disponibilidade e eficiência dos Centros Produtores - - hídricos e térmicos - que vêm sendo conseguidos, factores competitivos de sucesso e suporte do bom desempenho da Empresa.

O que fica dito, a valia e o empenho dos trabalhadores da CPPE são garante e fundamento da convicção do Conselho de que o bom desempenho económico-financeiro da Empresa dos últimos anos se vai repetir - e melhorar - no exercício agora iniciado.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Artº 25º dos Estatutos da CPPE, propõe que o *resultado líquido* do exercício de 1997 no valor de 36 000 755 911$00, tenha a seguinte *aplicação*:

Para Reserva Legal ....1 800 050 000$00

Para Dividendos .....28 100 000 000$00

Resultados a Distribuir
aos Trabalhadores .....483 400 000$00

Para Resultados
Transitados .....5 617 305 911$00

Nota Final

Ao fechar o Relatório do Exercício de 1997, o Conselho de Administração quer deixar expresso o seu especial apreço aos Quadros e restantes colaboradores da CPPE pela dedicação e elevado profissionalismo evidenciados no exercício das sua funções.

De igual modo não pode deixar de salientar o excelente relacionamento estabelecido com o seu principal cliente, a REN - Rede Eléctrica Nacional, SA, a quem volta a manifestar o seu maior empenho para garantir, conjuntamente, a satisfação das necessidades de energia eléctrica do País mantendo, senão melhorando, a elevada qualidade, já apanágio do Grupo EDP.

O Conselho de Administração agradece também o importante apoio e estimulo recebido do Conselho de Administração da EDP, SA e manifesta o seu reconhecimento ao Orgão de Fiscalização pela solicita, pronta e indispensável colaboração prestada.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 1998

O CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Filipe Lucena Ferreira
Presidente

Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado
Vogal

João José Gomes de Aguiar
Vogal

Prestação de Contas

Balanço

Os resultados obtidos pela Empresa no exercício económico, agora findo, reflectem o reforço da sua solidez económico-financeira, como atesta a evolução positiva dos indicadores de actividade e se evidencia nas demonstrações financeiras objecto da presente análise.

Balanço

Através da análise comparativa da situação patrimonial da CPPE em 31 de Dezembro de 1997 e a situação homóloga do ano anterior, conclui-se do bom desempenho financeiro da Empresa, no exercício, não obstante se tenha verificado um decréscimo do *Activo líquido*, da ordem dos 21 781 milhares de contos, consequência, essencialmente, da reintegração de imobilizados não totalmente compensados pela entrada em exploração de novos empreendimentos.

O *Passivo* sofreu, igualmente, uma diminuição no montante de 40 493 milhares de contos, reflexo, na sua quase totalidade, da amortização, durante o ano, da Dívida da CPPE à EDP, SA, acrescida da amortização extraordinária no valor de 27 500 milhares de contos, realizada no final do exercício.

Em 31 de Dezembro de 1997, os *Capitais Próprios* elevavam-se a 538 291 milhares de contos, tendo o acréscimo de 18 712 milhares de contos resultado, exclusivamente, do lucro líquido do exercício, retido e ainda não distribuído.

O reforço da solidez financeira da Empresa e sua capacidade em solver os seus compromissos de médio e longo prazo, são patentes na melhoria verificada da sua *autonomia financeira (capitais próprios/activo)* cujo índice passou de 50,5 %, em 1996, para 53,5 % no final do exercício, e bem assim pelo indicador de *Estrutura Financeira (Capitais Próprios/Passivo de ML Prazos)* que apresenta, em 1997, um valor de 1,44, contra 1,2 em 1996 - que a situa bem acima

BALANÇO COMPARATIVO

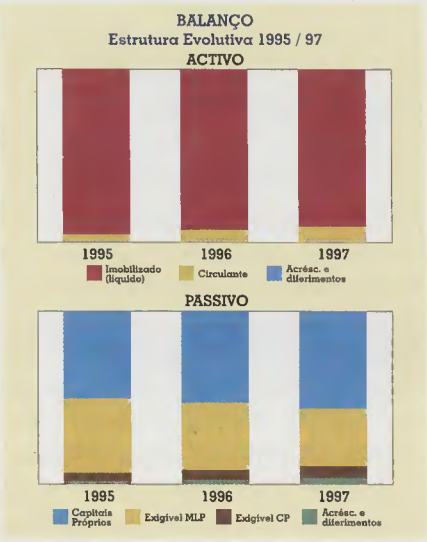
Unidade: milhares contos

Designação	1995		1996		1997		Var. 96/97
	Valor	Estrut. (%)	Valor	Estrut. (%)	Valor	Estrut. (%)	%
Activo	**1 051 426**	**100,0**	**1 028 117**	**102,2**	**1 006 336**	**100,0**	**(2,1)**
Imobilizado (líquido)	1 003 798	95,5	971 946	96,6	945 050	93,9	
Circulante	46 665	4,4	55 752	5,5	61 252	6,1	
Acrésc. e diferimentos	964	0,1	419	0,0	33	0,0	
Passivo	**541 679**	**51,5**	**508 537**	**50,5**	**468 044**	**46,5**	**(8,0)**
Exigível MLP	465 258	44,3	426 522	42,4	374 874	37,3	
Exigível CP	62 035	5,9	67 150	6,7	76 507	7,6	
Acrésc. e diferimentos	14 386	1,4	14 865	1,5	16 663	1,7	
Capitais Próprios	**509 748**	**48,5**	**519 579**	**51,6**	**538 291**	**53,5**	**3,6**
Passivo + Capitais Próprios	**1 051 426**	**100,0**	**1 028 117**	**102,2**	**1 006 336**	**100,0**	**(2,1)**

dos referenciais médios para este tipo de empresa.

Aqueles índices, conjugados com o da *solvabilidade total (activo/ /passivo)* que é agora de 2,2 contra 2,0 do exercicio anterior, continuam a permitir concluir do reduzido risco de insolvência da Empresa.

Os índices de *liquidez geral, fundo de maneio* e *cobertura do imobilizado*, registam valores próximos dos referenciais de uma boa gestão de tesouraria, facto que terá de ser visto no contexto da política financeira seguida no Grupo EDP.



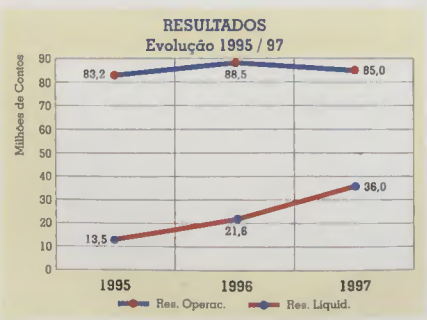
Demonstração de Resultados

O *resultado líquido* obtido no Exercício, ascende a 36 001 milhares de contos, o que representa um crescimento da ordem dos 67 % relativamente ao ano anterior - mais 14 432 milhares de contos.

Este acréscimo, significativo, foi reflexo da melhoria ocorrida nos *Resultados Financeiros*, não obstante os *Resultados Operacionais* terem diminuído em 3 428 mil contos, devido, essencialmente, ao aumento do *consumo de combustíveis* - só parcialmente compensado por uma maior facturação de vendas - e a encargos relativos a uma *provisão para actos médicos*.

A melhoria dos *Resultados Financeiros* - mais 14 088 milhares de contos - tem a ver, no essencial, com a evolução decrescente da taxa de juro do Serviço de Dívida e dos proveitos decorrentes dos juros em conta - corrente dos excedentes de tesouraria.

Neste contexto, a rendibilidade dos *Capitais Próprios* situou-se nos 6,7%, evidenciando um acréscimo, significativo, em relação ao desempenho registado desde a criação da Empresa, ou seja, mais 2,1 pontos percentuais do que em 1996 e mais 4,1 pontos percentuais do que em 1995.



Como se pode verificar na *Conta de Resultados*, abaixo apresentada, o *cash flow* gerado pela Empresa foi da ordem dos 82 396 milhares de contos - mais 7 276 milhares de contos que no exercício precedente - que reflecte o acréscimo dos resultados, antes referido, já que tanto as *amortizações* como o valor das *provisões* decresceram em 864 milhares de contos e 6 292 milhares de contos, respectivamente.

CONTA DE RESULTADOS

Unidade: milhares de contos

Designação		1995	1996	1997	Variação 97/96 (%)
Vendas e Prestação de Serviços		201 971	194 764	198 791	2,1
Trabalhos para a Própria Empresa (*)		783	82	103	24,5
Produtos e Trabalhos em Curso		(5)	(33)	29	(188,0)
Outras Receitas Correntes		153	96	116	21,6
Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado		**202 902**	**194 909**	**199 039**	**2,1**
Electricidade				357	
Combustíveis		53 306	35 717	41 006	14,8
Materiais Diversos		844	698	671	(3,8)
Correcção de Hidraulicidade					
Fornecimentos e Serviços Externos		12 337	11 730	12 357	5,3
Impostos Indirectos		80	60	23	(62,6)
Consumos Corrigidos	(-)	**66 567**	**48 205**	**54 413**	**12,9**
Valor Acrescentado Bruto	(=)	**136 335**	**146 704**	**144 626**	**(1,4)**
Despesas com Pessoal	(-)	12 379	13 143	13 439	2,3
Outros encargos de Exploração	(-)	1 151	1 095	1 082	(1,2)
Outros Proveitos de Exploração	(+)	547	549	484	(11,9)
Excedente Bruto de Exploração	(=)	**123 353**	**133 016**	**130 589**	**(1,8)**
Despesas Financeiras	(-)	54 341	37 536	25 714	(31,5)
Receitas Financeiras	(+)	874	938	3.204	241,7
Imputação Despesas Financ. a T.P.E.	(+)	5 156	1 699	1 020	(39,9)
Resultados Ext. e de Exercícios Anteriores	(+)	3 020	913	(703)	(177,0)
Impostos Directos (IRC)	(-)	13 534	23 908	25 999	8,7
Cash-Flow		**64 529**	**75 120**	**82 396**	**9,7**
Amortizações	(-)	45 293	46 237	45 374	(1,9)
Provisões Liquidas	(-)	5 776	7 314	1 021	(86,0)
Resultado Líquido		**13 460**	**21 569**	**36 001**	**66,9**

(*) Sem Encargos Financeiros

As *vendas totais* elevaram-se a 198 791 milhares de contos, dos quais, 197 850 respeitam a vendas de energia eléctrica sendo os restantes relativos, essencialmente, a vendas de vapor e cinzas.

No que concerne ao valor das *vendas de energia eléctrica* regista-se um acréscimo de cerca de 2%, face ao valor verificado no exercício anterior, consequência de uma maior facturação de energia de origem térmica, dado o regime hidrológico menos favorável, ocorrido no ano.

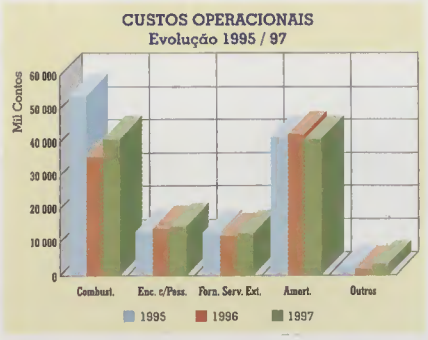
Consequentemente, os *proveitos inerentes ao valor acrescentado* - 199 039 milhares de contos - registam uma variação positiva da ordem dos 2,1%, relativamente a 1996.

Os *custos operacionais*, ascenderam a 115 495 milhares de contos,

mais 6,3% - 6 815 mil contos - relativamente ao verificado no exercício precedente.

Este aumento é explicado, essencialmente, pelo acréscimo dos custos relativos ao *consumo de combustíveis*, - mais 5 290 mil contos - reflexo, como já referido, do aumento da produção de origem térmica e bem como pela constituição, no Exercício, de uma *Provisão para Actos Médicos* no montante de 1 187 mil contos, facto que não ocorreu anteriormente.

Os *Fornecimentos e Serviços Externos* mantiveram-se ao nível dos anos anteriores, enquanto que os *Custos com Pessoal* cresceram apenas 2,3%, inferior, portanto, ao aumento verificado nos salários.

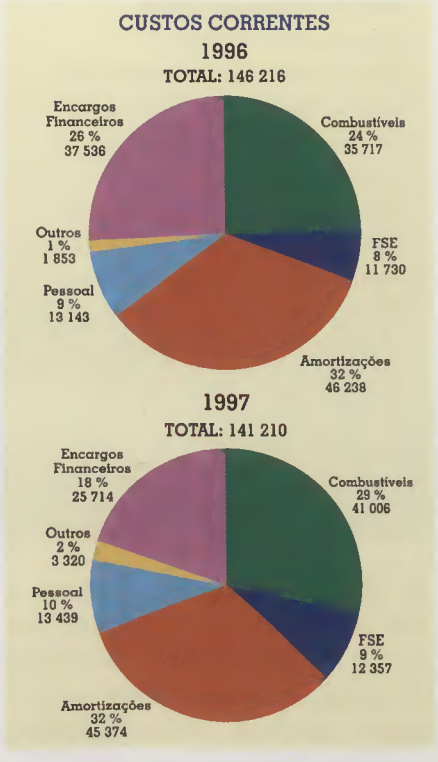


Os *custos correntes*, situam-se em 141 210 milhares de contos, menos 5 006 milhares de contos do que os verificados no exercício transacto, diminuição que radica no decréscimo registado nos encargos financeiros.

Com efeito, os *encargos financeiros* diminuíram cerca de 11 822 milhares de contos, fruto como atrás é referido, da significativa redução das taxas de juro inerentes ao Serviço da Dívida.

No tocante à *estrutura dos custos correntes*, verificam-se algumas alterações, comparativamente à do ano de 1996, nos pesos relativos das rubricas principais que compõem estes custos.

Assim, os *combustíveis* passam de 24 para 29% do total destes encargos, enquanto os *encargos financeiros* baixam de 26 para 18%. Os restantes custos evoluiram da seguinte maneira: *Fornecimentos e Serviços Externos, Pessoal* e *Outros* passaram, no seu conjunto, de 18 para 21%, enquanto as *Amortizações* se mantiveram inalteradas - 32%.



INDICADORES RELEVANTES

Designação	1995	1996	1997
Rendibilidade dos Capitais Próprios Resultados Líquidos / Capitais Próprios (%)	2,6	4,2	6,7
Rendibilidade das Vendas Resultados Líquidos / Vendas (%)	6,7	11,1	18,1
Rendibilidade Económica Resultados Operacionais / Activo (%)	7,9	8,6	8,5
Rendibilidade Económica Bruta Resultado Bruto / Activo (%)	11,7	12,9	13,0
Rotação do Activo Vendas / Activo (%)	19,2	18,9	19,8
Autonomia Financeira Capital Próprio / Activo (%)	48,5	50,5	53,5
Liquidez Geral Capitais Circ. / Passivo Curto Prazo (%)	75,2	83,0	80,1
Estrutura Financeira Passivo MLP / Capitais Próprios (%)	88,4	77,9	64,7
Capacidade de Autofinanciamento Cash-Flow / Investimento Custos Técnicos (%)	502,5	629,0	470,4
Cobertura do Imobilizado Capitais Permanentes / Activo Fixo (%)	95,7	95,1	93,8
Solvabilidade Total Activo / Passivo	1,9	2,0	2,2
Prazo Médio de Recebimentos (meses) Cred. Correntes Clientes / Vendas *12	1,1	1,2	1,0
Taxa Cobertura das Existências Totais (meses) Existências / Consumos *12	3,4	5,3	3,8
Taxa Cobertura de Comb. p/ Produção (meses) Existências / Consumos *12	3,0	5,1	3,7
V.A.B. Per-Capita (Milhares de Contos) V.A.B. / Efectivos	61,4	65,4	67,3
Vendas Per-Capita (Milhares de Contos) Vendas / Efectivos	90,9	86,8	92,5

Documentos de Prestação de Contas

Balanço e Demonstração de Resultados

ACTIVO

Unidade: Escudos

Notas		Exercício 1997 AB	1997 A / P	1997 AL	1996 AL
	Imobilizado:				
03.a	Imobilizações incorpóreas:				
08	Despesas de instalação	10 015 520	6 343 150	3 672 370	5 675 470
08	Despesas de investigação e desenvolvimento	492 001 831	45 397 630	446 604 201	182 888 217
	Imobilizações em curso	220 677 749		220 677 749	
		722 695 100	51 740 780	670 954 320	188 563 687
03.b./10	Imobilizações corpóreas:				
	Edifícios e outras instalações	2 547 670 460	89 069 093	2 458 601 367	489 754 017
10.c	Equipamento básico	1 852 462 706 884	974 196 737 888	878 265 968 996	920 041 119 345
	Equipamento de transporte	725 382 700	466 659 314	258 723 386	257 244 339
	Ferramentas e utensílios	748 513 059	662 276 295	86 236 764	85 140 274
	Equipamento administrativo	3 299 309 619	2 185 564 195	1 113 745 424	903 946 764
	Diferenças de câmbio	10 806 914 118	788 561 036	10 018 353 082	10 201 228 378
	Outras imobilizações corpóreas	86 053 740	57 310 559	28 743 181	31 550 167
	Imobilizações em curso	47 616 201 955		47 616 201 955	35 240 391 512
	Adiantamento p/conta imob. corpóreas	60 111 155		60 111 155	185 751 369
03.d.	Aproveit. fins mult. (parte não afecta)				
	Produção hidroeléctrica	3 413 862 738		3 413 862 738	3 389 815 703
	Obras em curso	21 751 073		21 751 073	6 729 392
		1 921 788 477 501	978 446 178 380	943 342 299 121	970 832 671 260
03.c./16.	Investimentos financeiros:				
	Partes de capital em empresas associadas	830 246 057		830 246 057	805 426 504
	Títulos e outras aplicações financeiras	206 408 807		206 408 807	118 950 213
		1 036 654 864		1 036 654 864	924 376 717
	Circulante:				
03.e.	Existências:				
	Matérias primas subs. e consumo	13 412 308 452		13 412 308 452	16 226 274 099
42.	Produtos e trabalhos em curso	32 397 500		32 397 500	3 097 824
	Adiantamentos por conta de compras	160 312 668		160 312 668	5 017 684
		13 605 018 620		13 605 018 620	16 234 389 607
	Dívidas de terceiros-Curto prazo:				
	Clientes c/c	15 947 353 953		15 947 353 953	19 455 781 573
23.	Clientes de cobrança duvidosa	8 702 046	8 702 046		
48.g	Estado e outros entes públicos	419 096 707		419 096 707	0
48.b.	Outros devedores	31 280 942 828		31 280 942 828	19 371 939 299
		47 656 095 534	8 702 046	47 647 393 488	38 827 720 872
	Depósitos bancários e caixa:				
	Caixa	4 056		4 056	6 843
	Depósitos à ordem	0		0	689 689 475
		4 056		4 056	689 696 318
48.a	Acréscimos e diferimentos:				
	Acréscimos de proveitos	0		0	0
	Custos diferidos	33 297 224		33 297 224	419 173 308
		33 297 224		33 297 224	419 173 308
	Total de amortizações		978 497 919 160		
	Total de provisões		8 702 046		
	Total do activo	1 984 842 242 899	978 506 621 206	1 006 335 621 693	1 028 116 591 769

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
O Técnico de Contas
Vitor Manuel Nunes do Carmo

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
O Director
Adalberto Fernando da Cunha

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Notas		Exercício 1997	Exercício 1996
	CAPITAL PRÓPRIO:		
36.	Capital	246 800 000 000	246 800 000 000
40.	Ajustamento partes capital em filiais e associadas	118 834 811	103 311 566
	Reservas:		
40.a	Reserva legal	2 678 938 058	1 600 478 058
40.b	Outras	246 812 585 079	246 812 585 079
40.c	Resultados transitados	5 880 266 239	2 693 745 801
	Subtotal	502 290 624 187	498 010 120 504
40.	Resultados líquidos	36 000 755 911	21 569 033 040
	Total do capital próprio	538 291 380 098	519 579 153 544
	PASSIVO:		
48.c	Provisões para riscos e encargos		
03.k/48.c	Pensões	723 973 373	4 075 000 000
48.c	Processos Judiciais em Curso	6 000 000 000	6 000 000 000
03.l/48.c	Outras provisões p/ riscos e encargos	19 873 050 100	11 900 471 638
		26 597 023 473	21 975 471 638
	Dívidas a terceiros-Médio L/ Prazo:		
	Accionistas (Sócios)	345 267 333 651	401 538 611 449
	Outros credores	3 376 793	1 576 793
03.d	Particip. Estado p/ Aproveit. de fins multiplos	3 006 418 000	3 006 418 000
		348 277 128 444	404 546 606 242
03.f	Dívidas a terceiros-Curto Prazo:		
	Dívidas a instituições de crédito	997 421 137	
	Accionistas (Sócios)	28 772 277 798	30 888 508 568
	Fornecedores	3 581 166 301	4 662 832 651
	Fornecedores de imobilizado c/c	5 836 132 893	4 215 783 763
48.g	Estado e outros entes públicos	26 539 004 332	24 497 774 683
48.b	Outros credores	10 780 914 266	2 885 259 102
		76 506 916 727	67 150 158 767
48.a	Acréscimos e Diferimentos:		
	Acréscimos de custos	2 610 788 222	1 601 020 093
	Proveitos diferidos	14 052 384 729	13 264 181 485
		16 663 172 951	14 865 201 578
	Total do Passivo	468 044 241 595	508 537 438 225
	Total do Capital Próprio e do Passivo	1 006 335 621 693	1 028 116 591 769

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Filipe Lucena Ferreira - Presidente
Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado - Vogal
João José Gomes Aguiar - Vogal

Demonstração de Resultados

CUSTOS E PERDAS

Unidade: Escudos

Notas		Exercício 1997		Exercício 1996	
41.	Custo das existências vendidas e consumidas				
	Electricidade	357 235 884		0	
	Combustíveis p/ prod. electricidade	41 006 070 897		35 716 681 882	
	Materiais diversos	670 965 692	42 034 272 473	697 645 353	36 414 327 235
	Fornecimentos e serviços externos		12 356 538 312		11 730 372 533
	Custos com pessoal				
	Remunerações				
43.	Remunerações dos orgãos sociais	43 142 365		28 966 814	
	Remunerações do pessoal	8 843 448 347		8 785 312 257	
	Encargos sociais:				
	Complemento de pensões de reforma	2 901 925		3 471 262	
	Prémios para pensões	577 900 000		427 223 583	
	Encargos s/ remunerações	2 251 351 786		2 232 966 865	
	Custos de acção social	1 090 402 505		1 018 192 837	
	Outros	630 121 299	13 439 268 227	646 875 509	13 143 009 127
10.b	Amortizações do exercício	45 373 623 900		46 237 578 283	
34.	Provisões do exercício	1 187 000 000	46 560 623 900	0	46 237 578 283
	Impostos				
	Impostos indirectos	22 567 820		60 264 997	
	Impostos directos	688 259	23 256 079	1 346 718	61 611 715
	Outros custos e perdas operacionais		209 687 323		191 610 767
48.d	Rendas de concessões e c. electroprodutores		871 486 354		901 718 105
	A - Custos e Perdas Operacionais		115 495 132 668		108 680 227 765
03.h/45	Custos e perdas financeiras				
	Juros	25 099 615 408		37 324 495 584	
	Diferenças de câmbio desfavoráveis	583 465 738		201 588 847	
45.a.	Outros custos e perdas financ. e similares	31 345 972	25 714 427 118	10 103 845	37 536 188 276
	C - Custos e perdas correntes		141 209 559 786		146 216 416 041
46.	Custos e perdas extraordinárias				
	Perdas em existências	945 450		5 178 182	
	Perdas em imobilizações	35 496 335		10 012 906	
46.c	Correcções relativ. a exercícios anteriores	65 553 344		388 569 138	
46.a	Outros custos e perdas extraordinárias	2 755 525 262	2 855 520 391	7 648 840 794	8 052 601 020
	E - Custos e perdas do exercício		144 065 080 177		154 269 017 061
	Imposto s/rendimento do exercício (Estimado)		25 999 326 747		23 908 244 182
	G - Custos totais		170 064 406 924		178 177 261 243
	Resultado líquido do exercício		36 000 755 911		21 569 033 040
	Total		206 065 162 835		199 746 294 283

Resultados operacionais	(B) - (A)
Resultados financeiros	((D)-(B))-((C)-(A))
Resultados correntes	(D) - (C)
Resultados antes de impostos	(F) - (E)
Resultado líquido do exercício	(F) - (G)

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
O Técnico de Contas
Vitor Manuel Nunes do Carmo

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
O Director
Adalberto Fernando da Cunha

PROVEITOS E GANHOS

Notas		Exercício 1997		Exercício 1996	
44.	Vendas				
44.a.1	De energia eléctrica	197 849 772 871		193 875 746 923	
44.a.2	Outras	894 514 593		819 210 126	
44.b	Prestações de serviços	46 823 817	198 791 111 281	69 456 549	194 764 413 598
42.	Variação da Produção				
	Produtos e trabalhos em curso:				
	Existências finais	32 397 500		3 097 824	
	Existências iniciais	3 097 824	29 299 676	36 398 371	(33 300 547)
48.e	Trabalhos para a própria empresa	1 123 199 732		1 781 330 744	
	Proveitos suplementares	116 130 885		95 519 944	
	Outros proveitos e ganhos operacionais	484 009 534	1 723 340 151	549 261 500	2 426 112 188
	B - Proveitos e Ganhos Operacionais		200 543 751 108		197 157 225 239
45.	Proveitos e Ganhos Financeiros				
	Rendimentos de participações de capital	0		0	
	Rendim. de tit. negoc. e out. aplic. financ.	177 194 493		132 017 541	
	Outros juros e proveitos similares	2 767 772 669		645 017 805	
	Diferenças de câmbio favoráveis	258 618 681	3 203 585 843	160 491 437	937 526 783
	D - Proveitos e Ganhos correntes		203 747 336 951		198 094 752 022
46.	Proveitos e ganhos extraordinários				
	Ganhos em imobilizações	96 282 433		13 210 461	
46.d	Reduções de amortizações e de provisões	1 471 516 011		276 301 905	
46.c	Correcções relat. exercícios anteriores	33 081 500		41 306 114	
46.b	Outros proveitos e ganhos extraordinários	716 945 940	2 317 825 884	1 320 723 781	1 651 542 261
	F - Proveitos Totais		206 065 162 835		199 746 294 283
			85 048 618 440		88 476 997 474
			(22 510 841 275)		(36 598 661 493)
			62 537 777 165		51 878 335 981
			62 000 082 658		45 477 277 222
			36 000 755 911		21 569 033 040

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Filipe Lucena Ferreira - Presidente
Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado - Vogal
João José Gomes Aguiar - Vogal

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

00 - Introdução

a) Objecto e detentores do capital

A CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A., tem por objecto a produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias, sob a obrigação de garantir, em última instância, a evolução sustentada do sistema electroprodutor nacional e é totalmente detida pela EDP - Electricidade de Portugal S.A..

b) Constituição

A constituição da Empresa reporta-se a 1 de Janeiro de 1994 e o seu património foi constituído por destaque da EDP- Electricidade de Portugal, S.A. nos termos do Decreto-Lei nº 7/91 de 8 de Janeiro e de harmonia com a deliberação da sua Assembleia Geral, tomada no dia 18 de Agosto de 1994.

c) Regime de Preços

As vendas de energia eléctrica são efectuadas na totalidade para um único cliente (REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.) com facturação nos termos dos Contratos de Aquisição de Energia, assinados com aquela Empresa para cada Centro Electroprodutor da CPPE, prevendo um sistema de remuneração misto, com parcela fixa, correspondendo a pagamento indexado á disponibilidade de potência verificada e parcela variável associada à remuneração dos encargos variáveis de produção de energia.

d) Indicações Gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade Português (POC).

As notas omitidas ou não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de escudos.

01 - Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações da Empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

02 - Comparabilidade

A partir do exercício de 1995, a Empresa deixou de estar sujeita à aplicação das regras estabelecidas no Decreto-Lei nº 338/91, que criou o

mecanismo de Correcção de Hidraulicidade, na sequência da definição das regras de estabelecimento dos preços de venda praticados pela Empresa através da formalização dos CAE-Contratos de Aquisição de Energia, para cada unidade produtiva, com a REN. Deste modo, os resultados da Empresa passaram a não estar influenciados por qualquer movimento relacionado com a Correcção de Hidraulicidade.

03 - Critérios Contabilísticos e Valorimétricos

a) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas essencialmente por custos relacionados com Estudos e Projectos. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e são efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

b) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores que resultaram do processo de Reestruturação da EDP-SA em referência a 01 de Janeiro de 1994 e ao custo de aquisição ou construção para os bens adquiridos posteriormente, líquidos das amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como encargos de estrutura.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do Art°. 39 do Estatuto da EDP-EP, por despacho do Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base de 79.02.01 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79.03.28, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros e os encargos de estrutura imputados às imobilizações, são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

As imobilizações adquiridas mediante contratos de locação financeira, bem como as respectivas responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, pelo que o correspondente valor e as responsabilidades estão reconhecidos no balanço. Consequentemente, as amortizações destes bens e os juros incluídos no valor das rendas são registados na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

Os imobilizados subsidiados são amortizados na mesma base e às mesmas taxas das restantes imobilizações da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em Proveitos e Ganhos Extraordinários e em Acréscimos e Diferimentos - Subsídios Para Investimento, efectuados durante um período de 30 anos, equivalente à vida útil média das imobilizações da Empresa. No entanto existem subsídios para despesas de investigação e desenvolvimento, que estão a ser amortizadas a 20% (5 anos).

As despesas de reparação e manutenção correntes do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos, e transferidos para resultados num período máximo de 6 anos.

c) Contabilização dos Investimentos Financeiros em Partes de Capital

Os investimentos financeiros em partes de capital em associadas, são contabilizados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Directriz Contabilística nº 9 emitida pela Comissão de Normalização Contabilística.

d) Aproveitamentos de Fins Múltiplos (parte não afecta)

Estão valorizados a custos de construção.

Não são efectuadas amortizações sobre o valor atribuído à parte dos aproveitamentos que não está afecta à produção de energia eléctrica.

O valor atribuído ao investimento da responsabilidade do Estado nos aproveitamentos de fins múltiplos de Aguieira e Raiva, é determinado pela aplicação da percentagem provisória de 50 % aos custos directos acumulados desses aproveitamentos à data do Balanço.

A participação recebida do Estado relativamente a estes aproveitamentos é mostrada no passivo a médio e longo prazo.

e) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, no caso de existências adquiridas no exterior, e ao custo de produção no caso das existências produzidas internamente, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio.

f) Dívidas a terceiros em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são contabilizadas ao câmbio em vigor na data das operações. No final do ano os saldos em moeda estrangeira são actualizados aos câmbios em vigor na data do Balanço.

g) Custos Diferidos

Despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias, são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos - Custos Diferidos e transferidas para resultados no período máximo de 6 anos.

h) Encargos Financeiros

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar os imobilizados em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso e os conside-

rados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a Imobilizações em Curso, sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (Nota 48.e) e (Nota 11).

i) Custos de Gestão da Holding

Os Custos de Gestão da Holding constituem custos operacionais na sua totalidade.

j) Pensões e Encargos Associados

A Empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Para este efeito foi constituído no Grupo EDP um Fundo de Pensões autónomo, para o qual foi transferida a totalidade das responsabilidades passadas existentes em 97.12.31. Com referência a essa data, o Fundo dispunha de activos cujo valor era de cerca de 145,8 milhões de contos. O Grupo continuará a dotar este Fundo com os recursos correspondentes às responsabilidades que se forem vencendo em cada exercício.

Os trabalhadores da Empresa têm a possibilidade de optar pela pré-reforma, quando se encontrem em determinadas condições de idade e antiguidade pré-definidas.

Os trabalhadores da Empresa ao passarem à situação de reforma mantêm o direito à assistência médica em condições similares às do pessoal no activo.

No exercício de 1996, foi reformulado o estudo actuarial das responsabilidades com complementos de reforma, incluindo pré-reformas e actos médicos, de modo a contemplar as especificações constantes dos Financial Accounting Standards (FAS) 87 (Employers' Accounting for Pensions) e 106 (Employers Accounting for Postretirement Benefits Other Than Pensions) emitidas pelo USA Financial Accounting Standards Board. Este estudo abrangeu toda a população beneficiária dessas regalias, do universo das Empresas que constituem o Grupo EDP.

No que diz respeito ao complemento de pensões e actos médicos, o estudo actuarial reportado a 1 de Janeiro de 1997 foi realizado na base dos seguintes pressupostos, revistos no final do exercício:

Taxa anual de desconto	7,0 %
Taxa anual de rendimento	8,0 %
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada	43,0 %
Taxa anual de crescimento dos salários	3,5 %
Taxa anual de crescimento do total das pensões	2,5 %
Taxa anual de crescimento das pensões da segurança social	2,25 %
Taxa de inflação	2,0 %
Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 1998	6,0 %
Taxa anual de crescimento de custos com saúde para 1999 e anos seguintes	5,0 %

04 - Câmbios Utilizados

As cotações cambiais utilizadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Banco de Portugal - cotações oficiais de divisas (indicativas) em 1997/12/31, conforme se indicam de seguida:

USD	183.326	MOP	22.967	DKK	26.857
DEM	102.297	NLG	90.757	IEP	262.033
FRF	30.575	BEF	4.9592	GRD	0.64796
GBP	303.034	CHF	125.919	CAD	127.869
ESP	1.2080	JPY	1.4077	ATS	14.539
XEU	202.128	SEK	23.157	FIM	33.767
ITL	0.10411	NOK	24.914	ZAR	37.687
AUD	119.712				

06 - Impostos Sobre o Rendimento

O Grupo EDP é tributado em sede de IRC pelo lucro consolidado, conforme autorização concedida pelo Ministro das Finanças, por um período de cinco anos, com início em 1994.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos (dez anos para a Segurança Social). Na opinião da Administração da Sociedade não é previsível a ocorrência de qualquer responsabilidade adicional relativamente aos exercícios de 1994 a 1997 que tenha um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

07 - Pessoal ao Serviço da Empresa

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício foi de 2 120 empregados, não existindo assalariados.

08 - Despesas de Instalação, Investigação e Desenvolvimento

As Rubricas *Despesas de Instalação* e *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* incluem essencialmente custos com estudos e projectos.

10. Imobilizações Corpóreas

a) Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transf. e Abates	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de Instalação	10 016				10 016
Despesas de Invest. e Desenvolvimento	185 988			306 014	492 002
Imobilizações em curso		241 763		(21 085)	220 678
Total (1)	196 004	241 763		284 929	722 695
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Edifícios e outras instalações	547 844	1 800 000		199 827	2 547 670
Equipamento básico	1 853 558 517	56 740		2 261 312	1 855 876 570
Equipamento técnico específico	1 853 108 185	790		2 255 993	1 855 364 968
Produção de electricidade	1 853 108 185	790		2 255 993	1 855 364 968
Produção hidroeléctrica	1 218 303 860			1 079 560	1 219 383 420
Produção térmica	631 398 261	790		1 168 634	632 567 686
Aprov. fins múltiplos (parte n/afecta)	3 406 064			7 799	3 413 863
Outro equipamento básico (Excepto Leasing)	450 332	55 950		5 319	511 601
Equipamento de transporte (Excepto Leasing)	668 259	99 620	69 449	(23 459)	674 971
Ferramentas e utensílios	727 361	30 811		(9 659)	748 513
Equip. administrativo (Excepto Inform. e Leasing)	1 819 845	152 992	295	(7 855)	1 964 687
Equipamento de Informática (Excepto Leasing)	1 022 456	162 403		149 763	1 334 622
Diferenças de câmbio	10 806 745	3 096		(2 927)	10 806 914
Outras imobilizações corpóreas	86 054				86 054
Subtotal (2.1)	1 869 237 080	2 305 663	69 744	2 567 002	1 874 040 001
IMOBILIZADO EM REGIME DE LEASING					
Equipamento de transporte	37 116	13 296			50 412
Subtotal (2.2)	37 116	13 296			50 412
IMOBILIZADO EM CURSO					
Adiantamento p/ conta imob. em curso	185 751	233 901		(359 542)	60 111
Edifícios e outras construções		231 925			231 925
Equipamento básico	34 962 192	15 397 463		(2 953 627)	47 406 028
Produção hidroeléctrica	24 825 697	6 279 530		(1 079 560)	30 025 667
Produção termoelétrica	8 609 280	7 804 829		(1 866 268)	14 547 841
Aproveit. fins múltiplos (parte não afecta)	6 729	22 821		(7 799)	21 751
Estudos e projectos	1 520 486	1 290 283			2 810 769
Produção	1 520 486	1 290 283			2 810 769
Subtotal (2.3)	35 147 944	15 863 289		(3 313 168)	47 698 064
Total (2)	1 904 422 140	18 182 248	69 744	(746 167)	1 921 788 477
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes de Capital	924 377	75 000		37 278	1 036 655
Total (3)	924 377	75 000		37 278	1 036 655
Total Geral (1) + (2) + (3)	1 905 542 521	18 499 011	69 744	(423 960)	1 923 547 828

i) A rubrica de *imobilizado em curso - equipamento básico - produção hidroeléctrica* inclui 24 012 184, relativos ao projecto de Foz-Côa, a que correspondem quantias incorridas e que se prevêem incorrer até 31 de Dezembro de 1997.

b) Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Despesas de Instalação	4 340	2 003		6 343
Despesas de Invest. e Desenvolvimento	3 100	42 298		45 398
Total (1)	7 440	44 301		51 741
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Edifícios e outras construções	58 090	30 980		89 069
Equipamento básico	930 127 582	44 738 787	(669 631)	974 196 738
Equipamento técnico específico	929 862 529	44 699 278	(664 342)	973 897 465
Produção de electricidade	929 862 529	44 699 278	(664 342)	973 897 465
Produção hidroeléctrica	585 633 749	24 248 132	(42)	609 881 839
Produção térmica	344 228 780	20 451 146	(664 300)	364 015 626
Outro equipamento básico (Excepto Leasing)	265 053	39 509	(5 289)	299 273
Equipamento de transporte (Excepto Leasing)	432 795	78 998	(69 430)	442 363
Ferramentas e utensílios	642 220	29 442	(9 386)	662 276
Equip. administrativo (Excepto Inform. e Leasing)	1 389 080	79 456	(7 640)	1 460 895
Equipamento de Informática (Excepto Leasing)	549 275	176 851	(1 456)	724 669
Diferenças de câmbio	605 517	183 106	(61)	788 561
Outras imobilizações corpóreas	54 504	2 807		57 311
Subtotal (2.1)	933 859 062	45 320 427	(757 606)	978 421 882
IMOBILIZADO EM REGIME DE LEASING				
Equipamento de transporte	15 335	8 896	64	24 296
Subtotal (2.2)	15 335	8 896	64	24 296
Total (2)	933 874 397	45 329 323	(757 542)	978 446 178
Total Geral (1) + (2)	933 881 837	45 373 624	(757 542)	978 497 919

c) Observações

Nas imobilizações próprias o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a produção de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos edifícios e instalações.

11 - Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 03.h, foram capitalizados no exercício em imobilizações em curso os seguintes montantes:

Rubricas	Juros de Financiamento
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	
Equipamento básico	1 020 464
Equipamento técnico específico	1 020 464
Produção de electricidade	1 020 464
Produção hidroeléctrica	77 391
Produção térmica	943 073
Estudos e projectos	
Total	1 020 464

12 - Reavaliação das Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas pela EDP ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78 Decreto-Lei nº 171/85 Decreto-Lei nº 49/91
Decreto-Lei nº 219/82 Decreto-Lei nº 118-B/86 Decreto-Lei nº 264/92
Decreto-Lei nº 399-G/84 Decreto-Lei nº 111/88 Decreto-Lei nº 7/91

Em consequência da reestruturação da EDP e de forma a dar cumprimento aos aspectos de carácter legal relacionados com a neutralidade fiscal subjacente àquele acto, estas reavaliações relevam para efeitos fiscais, nomeadamente no que se refere ao cálculo das reintegrações do exercício.

14 - Outras Informações Relativas às Imobilizações

a) No que respeita à sua localização e afectação (valores líquidos):

Rubricas	1997	1996
Afectas à produção de Electricidade	928 933 643	958 286 770
Produção Hidroeléctrica	642 338 005	659 054 352
Produção Térmica	283 160 025	295 835 873
Aprov. fins múltiplos (parte n/afecta)	3 435 614	3 396 545
Não específicas	14 380 719	12 515 255
Implantadas em propriedade alheia	27 937	30 646

b) No que respeita aos custos financeiros nelas capitalizados no exercício.

Rubrica	1997	1996
Juros de Financiamento	1 020 464	1 698 835

15 - Imobilizações Corpóreas em Regime de Locação Financeira

As imobilizações corpóreas adquiridas através de contratos de locação financeira e incluídas no balanço são as seguintes:

Rubrica	Activo Bruto	Amortizações	Activo Líquido
Equipamento de Transporte	50 412	24 296	26 116

16 - Investimentos Financeiros

a) A Empresa não procede à consolidação das demonstrações Financeiras, atendendo ao facto de que serão consolidadas na sociedade dominante, EDP-SA.

Firma e Sede	Capital Detido (%)	Capitais Próprios	Resultado do Exercício	
			Ano	Valor
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A. Rua Cova da Moura, 2 - 4°, Lisboa	10	182 051	1997	(22 057)
SÃVIDA - Medicina Apoiada, S.A. Avenida Casal Ribeiro, 15 - 6°, Lisboa	10	159 676	1997	16 941
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A. Rua do Bolhão, 36, Porto	40	832 007	1997	83 876
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A. Avenida dos Estados Unidos da América, 55 - 2°, Lisboa	40	846 263	1997	(53 035)
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A. Rua Particular EDP à Rua Cidade de Goa, Sacavém	10	603 192	1997	1 124 285
ENERNOVA - Novas Energias, S.A. Avenida José Malhoa, Lote A, 13 Lisboa	25	470 139	1997	116 267

22 - Valor das Existências que se Encontram Fora da Empresa

Rubricas	1997	1996
Combustíveis para produção de electricidade	1 226 591	2 951 971
Materiais diversos	32 171	32 198
Total	1 258 762	2 984 169

23 - Dívidas de Cobrança Duvidosa

Designação	1997	1996
Clientes de Cobrança Duvidosa	8 702	8 702

25 - Dívidas ao Pessoal

Designação	1997	1996
Valores a receber	23 023	20 521
Valores a pagar	151	539

29 - Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo

O saldo da conta Accionistas corresponde a empréstimos da EDP, SA (Holding do Grupo) e representa a quota- parte "afecta internamente, em termos de Grupo, à Empresa" da dívida resultante de financiamentos de terceiros globalmente mantida na Holding.

31 - Compromissos Financeiros

Os compromissos contratuais para aquisição de imobilizado são à data do Balanço de 1 736 835.

32 - Responsabilidades Contingentes

a) A responsabilidade da Empresa por garantias prestadas ascende a 1 970 649.

Estas garantias são constituídas quase totalmente por garantias bancárias. Foram prestadas na sua quase totalidade a tribunais, alfândegas e fornecedores. Não existem garantias reais.

b) Atendendo a que na reestruturação da EDP, S.A. e consequente cisão realizada no exercício de 1994, o endividamento financeiro continuou a ser detido pela EDP, S.A., embora os activos que juridicamente o suportavam tivessem sido transferidos para as Empresas "nucleares" então constituídas, tornou-se necessária a emissão por estas de garantias solidárias a favor de entidades credoras de parte da dívida financeira externa.

O valor destas garantias ascende, no final do exercício de 1997 a 114 956 milhares de contos.

34 - Movimento das Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Para Dívidas de Clientes	8 702			8 702
Para Riscos e Encargos	21 975 472	6 093 000	1 471 448	26 597 024
Total	21 984 174	6 093 000	1 471 448	26 605 726

36 - Capital - N°. de Acções e Valor Nominal

O capital está representado por 246 800 000 acções escriturais nominativas com o valor de 1000$00 cada uma, encontrando-se totalmente realizado.

37 - Capital - Detentores

O capital é detido a 100 % pela EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

40 - Movimento dos Capitais Próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	246 800 000			246 800 000
Ajust. de Partes de Cap. em Associadas	- 103 312	15 523		118 835
Reservas				
Reserva Legal	1 600 478	1 078 460		2 678 938
Rservas Livres	246 812 585			246 812 585
Resultados Transitados	2 693 746	21 569 516	18 382 996	5 880 266
Resultado Líquido do Exercício	21 569 033	36 000 756	21 569 033	36 000 756
Total	519 579 154	58 664 255	39 952 029	538 291 380

a) Em conformidade com os Estatutos da Empresa, para a Reserva Legal é obrigatória a dotação com um mínimo de 5 % dos lucros a apropriar. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

b) A Reserva Livre incluída nos capitais próprios da Empresa representa o património líquido, transferido para a CPPE-SA no acto da Reestruturação da EDP-SA, não coberto pelo Capital Social.

Na constituição da Empresa a parte do património líquido não coberta pelo Capital Social ficou a constituir uma Reserva considerada equivalente, apenas para este efeito, a um "Prémio de Emissão".

c) O movimento do exercício dos Resultados Transitados foi o seguinte:

Saldo Inicial		2 693 746
Transferência do Resultado de 1996		21 569 033
Por aplicação em:		
Reserva Legal	1 078 460	
Dividendos	16 750 000	
Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes	5 000	
Distribuição de Resultados aos Trabalhadores	471 870	18 305 330
Regularizações Diversas		77 183
Saldo Final		5 880 266

41 - Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Rubricas	Mat. Primas, Subsidiárias e de Consumo			Total
	Combustíveis	Electricidade	Mat. Diversos	
Existências iniciais	15 285 597		940 677	16 226 274
Compras e Produções Internas	38 257 766	357 236	538 335	39 153 337
Regularização de Existências	77 658		(10 688)	66 970
Existências Finais	12 614 950		797 359	13 412 309
Custo do Exercício	41 006 071	357 236	670 965	42 034 272

42 - Variação da Produção

Os movimentos desta rúbrica foram os seguintes:

Designação	1997	1996
Existências finais	32 398	3 098
Existências iniciais	3 098	36 398
Variação do exercício	29 300	(33 300)

43 - Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuidas aos Orgãos Sociais no exercício foram as seguintes:

Órgãos Sociais	1997	1996
Conselho de Administração	43 142	28 489
Conselho Fiscal		1 011
Mesa da Assembleia Geral	420	420
Total	43 562	29 920

44 - Vendas e Prestações de Serviços

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados por actividades e por mercados (interno e externo).

Rubricas	1997		1996	
a) Vendas				
a.1) De Energia Eléctrica - Mercado Interno				
Em Alta Tensão	197 849 116		193 875 016	
Em Média Tensão				
Em Baixa Tensão	656	197 849 772	730	193 875 746
a.2) Outras - Mercado Interno				
Vapor	253 370		252 445	
Cinzas	641 145		566 743	
Materiais Diversos		894 515	23	819 211
b) Prestações de Serviços		46 824		69 457
Total		198 791 111		194 764 414

a) As vendas de energia eléctrica são efectuadas na totalidade para um único cliente (REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.) com facturação nos termos dos Contratos de Aquisição de Energia, assinados com aquela Empresa para cada Centro Electroprodutor da CPPE, prevendo um sistema de remuneração misto com parcela fixa correspondendo a pagamento indexado à disponibilidade de potência verificada e parcela variável associada à remuneração dos encargos variáveis de produção de energia.

45 - Resultados Financeiros

Custos e Perdas	1997	1996	Proveitos e Ganhos	1997	1996
Juros suportados	25 100 710	37 326 351	Juros obtidos	2 764 896	642 548
Perdas em Emp. do Grupo e Assoc.	23 420		Ganhos em Emp. do Grupo e Assoc.	176 740	131 565
Diferenças de câmbio desfavoráveis	583 466	201 589	Rendimentos de Imóveis	455	452
Outros custos e perdas financeiras	6 832	8 248	Rendimentos de Particip. de Capital		
			Diferenças de Câmbio Favoráveis	258 619	160 492
			Desc. de Pronto Pagamento Obtidos	2 877	2 470
Resultados financeiros	(22 510 841)	(36 598 661)			
Total	3 203 587	937 527	Total	3 203 587	937 527

a) A rubrica de *Outros Custos e Perdas Financeiras* inclui entre outros, encargos com garantias bancárias no montante de 3 785, (em 1996 o montante era de 5 410).

46 - Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	1997	1996	Proveitos e Ganhos	1997	1996
Donativos	17 444	35 713	Restituiçao de Impostos		
Perdas em Existências	946	5 178	Ganhos em Existências	68 912	5 407
Perdas em Imobilizações	35 496	10 013	Ganhos em Imobilizações	96 282	13 210
Multas e Penalidades	137	65	Reduções de Amortiz. e Provisões	1 471 516	276 302
Correcções relat. Exerc. Anteriores	63 553	388 569	Benefícios e Penalidades Contratuais		15
Outros Cust. e Perdas extraordinários	2 737 945	7 613 063	Correcções Relat. a Exerc. Anteriores	33 082	41 306
			Outros Prov. e Ganhos Extraordinários	648 034	1 315 302
Resultados Extraordinários	(537 695)	(6 401 059)			
Total	2 317 826	1 651 542	Total	2 317 826	1 651 542

a) A rubrica de *Outros Custos e Perdas Extraordinários* inclui entre outros os montantes de: 317 498 relativo a insuficiência de estimativa para IRC na quota-parte atribuída à Empresa no exercício de 1996, 460 000 relativo a uma provisão para revisão da contratação colectiva, 846 000 relativo a uma provisão para a racionalização de recursos humanos e 1 081 900 relativo à dotação adicional para o Fundo de Pensões.

b) A rubrica *Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários* inclui entre outros o montante de 602 874 relativo a subsídios para investimento.

c) A rubrica de *Correcções Relativas a Exercícios Anteriores* inclui:

Custos	1997	1996
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		38 758
Fornecimentos e serviços externos	14 966	8 507
Custos com Pessoal	31 038	38 964
Custos e perdas extraordinárias	16 928	260 752
Outros	621	41 588
Total	63 553	388 569

Proveitos	1997	1996
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	8 972	
Fornecimentos e serviços externos	7 953	9 700
Impostos	2 064	8
Custos com Pessoal	9 633	22 701
Vendas		283
Proveitos e ganhos financeiros	2 205	
Proveitos e ganhos extraordinários	1 783	8 409
Outros	472	205
Total	33 082	41 306

d) A rubrica *Reduções de Amortizações e Provisões*, inclui:

Rubricas	1997	1996
Utilização de Provisões para futuras reformas antecipadas	1 172 998	
Utilização de provisões para actos médicos	298 450	275 571
Outros	68	731
Total	1 471 516	276 302

48 - Outras Informações

a) Acréscimos e Diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro.

Custos diferidos

Rubricas	1997	1996
Reparações e beneficiações de imobilizado	9 437	14 156
Outros custos diferidos	23 860	405 017
Total	33 297	419 173

i) O movimento na rubrica *Reparações e Beneficiações de Imobilizado* foi o seguinte:

Designação	1997	1996
Saldo inicial	14 156	18 874
Transferência para resultados	4 719	4 718
Saldo final	9 437	14 156

Acréscimos de custos

Rubricas	1997	1996
Férias e subsídios de férias	1 358 454	1 350 549
Outros acréscimos de custos	1 252 334	250 471
Total	2 610 788	1 601 020

Proveitos diferidos

Rubricas	1997	1996
Subsídios para investimento	13 512 325	13 263 911
Outros proveitos diferidos	540 060	270
Total	14 052 385	13 264 181

i) A rubrica *Subsídios para Investimento* tem o seguinte movimento no exercício:

Designação	1997	1996
Subs. recebidos da EDP, SA relativos a imobilizações transf. para a empresa	13 263 911	13 070 966
Subsídios recebidos no exercício	851 288	756 622
Compensação das amortizações dos imobilizados subsidiados	(602 874)	(563 677)
Saldo final	13 512 325	13 263 911

b) Outros devedores e outros credores - Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro.

Outros Devedores	1997	1996
Devedores por fornecimento de outros bens e serviços	1 326 801	1 289 722
EDP/DFN - Sistema Financeiro-Conta Ligação	9 713 748	7 100 742
Cauções Prestadas a Terceiros	1 901 293	1 901 290
Devedores diversos	18 339 101	9 080 185
Total	31 280 943	19 371 939

Outros Credores	1997	1996
Credores por fornecimento de outros bens e serviços	418 633	1 835 221
Fornecedores de imobilizado com facturas em recepção e conferência	183 502	
Credores Diversos	10 178 779	1 050 038
Total	10 780 914	2 885 259

i) A rubrica *devedores diversos*, inclui entre outros o montante de 16 637 468 referente a pagamentos por conta do IRC efectuados pela Holding, (em 1996 este valor foi de 8 854 459).

ii) A rubrica *credores por fornecimento de outros bens e serviços* inclui em 1996 o montante de 1 390 800 referente a encargos de gestão da Holding.

iii) A rubrica *Credores Diversos*, inclui o montante de 8 375 000 referente à última parcela de dividendos, relativos a 1996, a pagar à EDP Holding.

c) Provisão para riscos e encargos

Corresponde às seguintes provisões:

Designação	1997	1996
Para reformas antecipadas	723 974	4 075 000
Para processos judiciais em curso	6 000 000	6 000 000
Para actos médicos	8 967 050	5 860 472
Para revisão da contratação colectiva	460 000	
Para racionalização de recursos humanos	846 000	
Para subsidio de morte		40 000
Para outros encargos	9 600 000	6 000 000
Saldo final	26 597 024	21 975 472

i) O saldo das provisões para *pensões de reforma antecipada* e *para actos médicos* corresponde ao valor das responsabilidades assumidas.

ii) O saldo da *provisão para processos judiciais em curso* refere-se a situações litigiosas existentes com fornecedores que moveram acções contra a Empresa, relacionadas com a construção de Empreendimentos Hidroeléctricos. Embora não exista ainda qualquer conclusão sobre o desfecho dos referidos processos, a Empresa considerou e decidiu constituir esta provisão por uma questão de obediência ao princípio contabilístico de prudência.

iii) Do saldo da *provisão para outros encargos*, 6 000 000 referem-se a responsabilidades emergentes, evidenciadas no relatório final do grupo de trabalho, constituido com o fim de avaliar os encargos e acerto de contas respeitantes a aproveitamentos de fins múltiplos.

d) Rendas de Centros Electroprodutores

Esta rubrica refere-se a rendas de centros electroprodutores pagas às autarquias cuja circunscrição é atingida por zonas de influência de centros produtores de energia eléctrica.

e) Trabalhos para a Própria Empresa

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

Rubricas	1997	1996
Consumo de Materiais	3 830	1 907
Encargos Financeiros	1 020 464	1 698 835
Outros	98 906	80 589
Total	1 123 200	1 781 331

f) A Empresa enquanto produtora de energia eléctrica é obrigada a manter em existências reservas de combustíveis correspondentes a 30 dias de consumo normal. Estima-se que este valor ronde os 3 milhões de contos em 1997.

g) Estado e Outros Entes Públicos

Decomposição dos valores evidenciados no Balanço:

Saldos Devedores	1997	1996
Iva a recuperar	419 097	

Saldos Credores	1997	1996
Retenção de impostos sobre o rendimento	155 902	157 616
Iva a pagar	164 750	210 216
Contribuições para a Segurança Social	217 751	219 139
IRC	25 999 327	23 908 244
Restantes impostos	1 259	2 560
Outros	15	
Total	26 539 004	24 497 775

A rubrica IRC corresponde ao valor total da estimativa calculada para o exercício de 1997. Tal como está indicado na Nota 48, alínea b) o valor dos pagamentos por conta efectuados pela EDP Holding estão considerados na rubrica Outros Devedores.

h) Inventário das Participações Financeiras

	Saldo em 01.01.97			
	Quant.	Valor Unitário Ajustado	Unitário Nominal	Valor
Partes de Capital em Empresas Associadas				805 426 504
ENERNOVA - Novas Energias,S.A.	50 000	851	1 000	42 534 637
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A.	320 000	1 156	1 000	369 810 592
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A.	258 000	1 524	1 000	393 081 275
Partes de Capital em Outras Empresas				118 950 213
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A.	10 000	2 244	1 000	22 436 637
SÃVIDA - Medicina Apoiada, S.A.	11 500	2 373	1 000	27 294 254
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A.	40 000	1 730	1 000	69 219 322
TOTAL				924 376 717

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O Técnico Oficial de Contas

Vitor Manuel Nunes do Carmo

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O Director

Adalberto Fernando da Cunha

Unidade: Escudos

Aumentos			Ajustamentos de partes de capital em filiais e Associadas	Saldo em 31.12.1997				Cotação em 31.12.97	% do Capital Detido
Quant.	Unitário	Valor		Quant.	Valor Unitário Ajustado	Valor Nominal	Valor		
		75 000 000	(50 180 447)				830 246 057		
75 000	1 000	75 000 000	29 066 827	125 000	1 173	1 000	146 601 464	1 000	25
			(3 457 100)	320 000	1 145	1 000	366 353 492	1 000	40
			(75 790 174)	258 000	1 230	1 000	317 291 101	1 000	40
		0	87 458 594				206 408 807		
			(6 437 192)	10 000	1 600	1 000	15 999 445	1 000	10
			(9 632 568)	11 500	1 536	1 000	17 661 686	1 000	10
			103 528 354	40 000	4 319	1 000	172 747 676	1 000	10
		75 000 000	37 278 147				1 036 654 864		

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Filipe Lucena Ferreira - Presidente
Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado - Vogal
João José Gomes Aguiar - Vogal

Origem e Aplicação de Fundos

Demonstração da origem e da aplicação de fundos

Origem de fundos		
Internas		
Resultado líquido do exercício	36 000 756	
Amortizações	45 373 624	
Variação de provisões	4 621 552	
Correcções de exercícios anteriores	3 186 520	89 182 452
Externas		
Movimentos financeiros a médio e longo prazo		
Ajustamento partes capital em empresas associadas	15 523	15 523
Aumentos das dívidas a terceiros a médio e longo prazo		
Outros credores	1 800	1 800
Diminuições de imobilizações		
Imobilizações corpóreas	43 576	43 576
Acréscimos e diferimentos		
Custos diferidos	384 455	
Proveitos diferidos	248 414	632 869
		89 876 220
Diminuição dos fundos circulantes		5 407 127
		95 283 347

Unidade: Milhares de escudos

Aplicação de fundos		
Distribuições		
Por aplicação de resultados	20 490 573	20 490 573
Diminuição das dívidas a terceiros a médio longo prazo		
Accionaistas (sócios)	56 271 278	56 271 278
Aumentos de Imobilizações		
Partes de capital em empresas associadas	24 819	
Títulos e outras aplicações inanceiras	87 459	112 278
Trabalhos da empresa para ela própria		
Imobilizações em curso	1 123 064	
Aquisição de imobilizações		
Imobilizações incorpóreas	241 763	
Imobilizações corpóreas	17 044 391	18 409 218
		95 283 347
Aumento dos fundos circulantes		0
		95 283 347

Fundos Circulantes

Demonstração das variações dos fundos circulantes

Activas		
Aumentos das existências		
Produtos e trabalhos em curso	29 300	
Adiantamentos por conta de compras	155 295	184 595
Aumento das dívidas de terceiros a curto prazo		
Estado e outros entes públicos	419 097	
Outros devedores	11 909 003	12 328 100
Diminuições das dívidas a terceiros a curto prazo		
Accionistas (sócios)	2 116 231	
Fornecedores c/gerais	1 081 666	3 197 897
		15 710 592
Diminuição dos fundos circulantes		5 407 127
		21 117 719

Unidade: Milhares de escudos

Passivas		
Diminuições das existências		
Matérias-primas subsidiárias e de consumo		
Combustíveis p/ª. produção de electricidade	2 670 647	
Materiais diversos	143 318	2 813 965
Diminuições das dívidas de terceiros a curto prazo		
Clientes c/ gerais	3 508 428	3 508 428
Aumento das dívidas a terceiros a curto prazo		
Dívidas a instituições de crédito	997 421	
Fornecedores de imobilizado	1 620 349	
Estado e outros entes públicos	2 041 230	
Outros credores	7 895 655	12 554 655
Acréscimos e diferimentos		
Custos diferidos	1 421	
Acréscimos de custos	1 009 768	
Proveitos diferidos	539 790	1 550 979
Diminuição das disponibilidades		
Depósitos à ordem	689 689	
Caixa	3	689 692
		21 117 719
Aumento dos fundos circulantes		0
		21 117 719

Anexo Referido no nº 5 do Art. 447º do Código das Sociedades Comerciais

Anexo Referido no Nº 5 do Art. 447º do Código das Sociedades Comerciais

	Acções				
	Data	Preço em escudos	Aquisição	Venda	Saldo em 31 Dez.
Membros do CA					
Luís Filipe Lucena Ferreira	16 de Junho	1 071 000	500	-	500
Cônjuge Maria Isilda Sampaio da Silva Lucena Ferreira	16 de Junho	1 018 125	475	-	475
Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado	17 de Junho	1 018 125	475	-	475
Cônjuge Anita Alexandra Ribeirinho Santos Paupério Machado	17 de Junho	383 625	175	-	175
João José Gomes de Aguiar	17 de Junho	1 018 125	475	-	475
Cônjuge Maria de Fátima Bárbara Madeira Aguiar	17 de Junho	436 500	200	-	200
ROC					
A. Gândara & J. Monteiro					

Apreciação e Certificação de Contas

Certificação Legal de Contas

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1997, (que evidencia um total de balanço de 1 006 335 622 contos e um total de capital próprio de 538 291 380 contos, incluindo um resultado líquido de 36 000 756 contos), a Demonstração dos resultados por natureza do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

   - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
   - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
   - A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
   - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A., em 31 de Dezembro de 1997, o resultado das suas operações no exercício findo

naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1998

A. Gândara, J. Monteiro, O. Figueiredo e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:
José Manuel Carlos Monteiro

Relatório do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na lei e no contrato de Sociedade, compete-me emitir o relatório anual sobre a acção fiscalizadora da Sociedade CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A., referente ao exercício de 1997 e dar parecer sobre o relatório, as contas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração.

Durante o exercício e no desempenho das funções que me são cometidas, procedi com resultados satisfatórios e com a frequência e extensão considerada aconselhável, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e sondagens aos respectivos registos e a outros elementos comprovativos.

O Revisor Oficial de Contas, acompanhou, de forma conjugada, o trabalho desenvolvido pelos auditores externos, cuja colaboração tem facilitado o exercício das suas funções.

O relatório do Conselho de Administração explana a orientação da política seguida pela Empresa no exercício, bem como a proposta de actuação para o exercício de 1998.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados e o respectivo Anexo, satisfazendo os preceitos legais, reflectem a posição dos registos contabilísticos no fim do exercício e traduzem a situação financeira da Sociedade.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são os constantes do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados e conduzem a uma adequada avaliação do património social.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação das contas e fiscalização da Sociedade, pelo que formulei o parecer que segue em separado, o qual deverá ser presente ao accionista e publicado, como a lei impõe.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1998

O FISCAL ÚNICO
A. Gândara, J. Monteiro, O. Figueiredo
e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:
José Manuel Carlos Monteiro

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedi à acção fiscalizadora de CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A., nos termos do artigo 420° do Código das Sociedades Comerciais e do contrato de sociedade, em resultado do qual sou de parecer que:

(a) Aproveis o Relatório de Gestão e as contas referentes ao exercício de 1997;

(b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1998

O FISCAL ÚNICO
A. Gândara, J. Monteiro, O. Figueiredo
e Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:
José Manuel Carlos Monteiro

Parecer dos Auditores Externos

Auditámos o Balanço de CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A., em 31 de Dezembro de 1997, a Demonstração dos Resultados relativa ao exercício findo naquela data e o respectivo Anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na auditoria que realizámos.

A nossa auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria. Estas normas exigem que o nosso exame seja planeado e realizado de forma a obtermos uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções de materialidade relevante. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, de evidência comprovativa dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras. Inclui, também, a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas feitas pelo Conselho de Administração, bem como da apresentação global da informação constante das demonstrações financeiras. É nossa convicção que a auditoria que realizámos proporciona uma base razoável para a nossa opinião.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras atrás mencionadas apresentam de forma adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financei-ra de CPPE - COMPANHIA PORTUGUESA DE PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE, S.A. em 31 de Dezembro de 1997, bem como os resultados das suas operações para o exercício findo nessa data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1998

Ernst & Young

Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas da CPPE Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A. realizada em 31 Março de 1998

Acta Número nove

(...)

" passou-se à votação do número Um da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovados, por unanimidade, o Relatório de Gestão e todos os demais documentos de prestação de Contas do Exercício de mil novecentos e noventa e sete.

Entrou-se seguidamente, na apreciação do número Dois, referente à proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração (...)

(...) posto o assunto à discussão, usou da palavra o representante do accionista único, Doutor Humberto da Costa Biu que apresentou a seguinte proposta de aplicação de resultados:

"que o resultado líquido de trinta e seis mil milhões setecentos e cinquenta e cinco mil novecentos e onze escudos tenha a seguinte aplicação:

- Reserva Legal (mil e oitocentos milhões e cinquenta mil escudos)	1 800 050 000$00
- Dividendos (vinte e oito mil e cem milhões de escudos)	28 100 000 000$00
- Distribuição de Resultados aos Trabalhadores (quatrocentos e oitenta e três milhões e quatrocentos mil escudos)	483 400 000$00
- Distribuição de Resultados aos Administradores (nove milhões e quinhentos mil escudos)	9 500 000$00
- Resultados Transitados (cinco mil seiscentos e sete milhões oitocentos e cinco mil novecentos e onze escudos)".	5 607 805 911$00

(...) passou-se seguidamente à votação desta proposta, que foi aprovada por unanimidade (...)"

Edição:
CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.
Departamento de Comunicação
Av. Barbosa du Bocage, 45 - 1000-071 LISBOA

Design: José A. Cardoso
Fotografia: Adelino Oliveira / Fototeca CPPE

Pré-impressão / Impressão: V. G. Arte, Lda.

Tiragem: 1 000 ex.

ISSN: 0873-1470
Depósito Legal n.º 90236/96
Julho 1998